

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PORTFÓLIO ACADÊMICO
PATRIMÔNIO CULTURAL E REQUALIFICAÇÃO:
RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS URBANOS ESQUECIDOS

AMAURI CLÉO DE MATTOS JÚNIOR

LAVRAS-MG
2021

AMAURI CLÉO DE MATTOS JÚNIOR

**PATRIMÔNIO MUNICIPAL E REQUALIFICAÇÃO:
RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS URBANOS ESQUECIDOS**

Portfólio Acadêmico apresentado
ao Centro Universitário de Lavras,
como parte das exigências da
disciplina Metodologia da
Pesquisa II, curso de graduação
em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA

Prof^a. Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

LAVRAS-MG
2021

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico
da Biblioteca Central do UNILAVRAS

P849 Portfólio Acadêmico: patrimônio municipal e requalificação:
ressignificando espaços urbanos esquecidos / Amauri Cléo de Mattos
Júnior. – Lavras: Unilavras, 2021.

98f.:il.

Portfólio acadêmico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) –
Unilavras, Lavras, 2021.

Orientador: Prof.^a Janaina Faleiro Lucas Mesquita.

1. Patrimônio cultural. 2. Galpões ferroviários. 3. Requalificação.
I. Mattos Júnior, Amauri Cléo de. II. Mesquita, Janaina Faleiro Lucas.
(Orient.). III. Título.

AMAURI CLÉO DE MATTOS JÚNIOR

**PATRIMÔNIO MUNICIPAL E REQUALIFICAÇÃO:
RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS URBANOS ESQUECIDOS**

Portfólio Acadêmico apresentado
ao Centro Universitário de Lavras,
como parte das exigências da
disciplina Metodologia da
Pesquisa II, curso de graduação
em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em ___/___/___

ORIENTADORA

Prof^a. Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

**LAVRAS-MG
2021**

Dedico esse portfólio a minha família, amigos e professores que muito me apoiaram e incentivaram em realizá-lo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força nas horas de dificuldades.

Ao meu Pai Amauri (*In Memoriam*) que me ensinou todos os valores da vida.

À minha Mãe, Magda, pelo incentivo, dedicação e apoio sempre.

Aos queridos tios, Alba e David, pelo carinho e por sempre me apoiarem em todas decisões da minha vida.

Ao meu irmão, Salvador, por sempre incentivar e acreditar no meu potencial.

Ao meu companheiro, Humberto, que esteve ao meu lado durante meu percurso acadêmico, incentivando e ajudando em todos os momentos.

Aos amigos que fiz na faculdade, pela união, dedicação e companheirismo.

Aos amigos que conquistei na minha vida, por me apoiarem e incentivaram sempre.

À minha Orientadora e professora Janaína, pela dedicação e ensinamentos.

A todos familiares que me deram força nesse período.

“Eu sei o preço do sucesso: dedicação, trabalho duro, e
uma incessante devoção às coisas que você quer ver
acontecer.”

Frank Lloyd Wright
(1867-1959)

RESUMO

O patrimônio edificado possui grande valor histórico e cultural para o desenvolvimento e memória local. Entretanto, sabe-se que muitos acabam sendo abandonados e entrando em processo de degradação, devido aos altos custos para mantê-los, o que acarreta em perdas relacionadas à representatividade histórica e cultural que tais edifícios possuem. Entende-se, assim, a importância da preservação e da manutenção de patrimônios edificados, para que a memória e a percepção de pertencimento da população existam quanto ao local. Diante do apresentado, o presente trabalho objetiva desenvolver um projeto arquitetônico de requalificação/preservação em Galpões Ferroviários abandonados, localizados na cidade de Lavras - Minas Gerais. Para isto, estudou-se a história e a memória da cidade de Lavras, compreendendo a importância dos galpões para o município, além de propor um projeto arquitetônico, com a finalidade de recuperar a arquitetura dos edifícios, propondo melhorias formais e estruturais sem deixar que ocorra a perda de suas características originais, além de estudar e apresentar uma nova intervenção no entorno urbano das edificações. Assim, por meio do projeto proposto espera-se manter viva a história e a memória da cidade, de forma a criar relações de pertencimento da população com o local até então esquecido.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Galpões ferroviários; Requalificação.

LISTAS DE ABREVIATURAS

Km – Quilômetro

m² - Metro quadrado

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização de Lavras no Estado de Minas Gerais	32
Figura 2 – Localização da estação ferroviária no mapa	45
Figura 3 – Linha do tempo da estação de Araras.....	46
Figura 4 – Planta Baixa / Implantação.....	48
Figura 5 – Fluxograma e setorização	48
Figura 6 – Croquis da Praça das Artes	53
Figura 7 – Localização do complexo no mapa	54
Figura 8 – Esquema programático	58
Figura 9 – Planta baixa do pavimento térreo.....	59
Figura 10 – Planta baixa do primeiro pavimento	60
Figura 11 – Corte esquemático	60
Figura 12 – Croqui da parte interna do Teatro Erótides de Campos	64
Figura 13 – Croqui da parte externa do Teatro Erótides de Campos	64
Figura 14 – Planta baixa do pavimento térreo.....	67
Figura 15 – Planta baixa do prime pavimento	67
Figura 16 – Áreas de interesse	75
Figura 17 – Área de análise	76
Figura 18 – Gabarito das edificações.....	76
Figura 19 – Vegetação	77
Figura 20 – Figura e fundo	78
Figura 21 – Uso e ocupação	78
Figura 22 – Vias	79
Figura 23 – Esquema de insolação e sombreamento	80
Figura 24 – Elementos históricos	81
Figura 25 – Topografia	81
Figura 26 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento	85
Figura 27 – Fluxograma e setorização	85

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	35
Imagem 2 – Casa da Cultura.....	36
Imagem 3 – Estação Costa Pinto.....	37
Imagem 4 – Escola Municipal Álvaro Botelho	38
Imagem 5 – Praça Dr. José Esteves	39
Imagem 6 – Locomotiva Baldwin 233.....	40
Imagem 7 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária	41
Imagem 8 – Fábrica da Nestlé e o pátio ferroviário de Araras	45
Imagem 9 – Abandono da estação ferroviária de Araras	46
Imagem 10 – Salão de exposição e Auditório	49
Imagem 11 – Plataforma da estação.....	50
Imagem 12 – Edifício Administrativo	50
Imagem 13 – Salão de Exposições	51
Imagem 14 – Fachada externa.....	52
Imagem 15 – Fachada externa do edifício de serviço	52
Imagem 16 – Edifício novo e Cine Cairo	55
Imagem 17 – Edifício novo e o Conservatório.....	56
Imagem 18 – Travessa das Artes (parte aberta e fechada)	56
Imagem 19 – Torre de integração do conjunto.....	57
Imagem 20 – Foto da fachada do Teatro	61
Imagem 21 – Parte externa do Teatro Erótides de Campos	62
Imagem 22 – Vista aérea do Engenho central	62
Imagem 23 – Eventos realizados no parque do engenho	63
Imagem 24 – Visão do palco e da plateia superior, respectivamente.....	65
Imagem 25 – Palco integrado com a área externa.....	66
Imagem 26 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária	70
Imagem 27 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária	71
Imagem 28 – Danos internos no Antigo Galpão da Rede Ferroviária	72

LISTA DE SIGLAS

EFOM – Estrada de Ferro Oeste de Minas

FEPASA – Companhia Paulista de Estradas de Ferro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG – Minas Gerais

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SP – São Paulo

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAVRAS – Centro Universitário de Lavras

ZEIHC – Zona Especial de Interesse Histórico Cultural

ZMI - Zona Mista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	16
1.1 Patrimônio Cultural	16
1.2 Preservação e conservação do patrimônio cultural	21
1.3 Preservação e conservação de edifícios históricos e culturais	29
1.4 História de Lavras e seus Patrimônios	31
1.5 Patrimônio Ferroviário	41
CAPÍTULO II – ESTUDOS DE CASO	44
2.1 Centro Cultural Leny de Oliveira Zurita em Araras- SP	44
2.2 Praça das Artes em São Paulo – SP	53
2.3 Teatro Erotídes de Campos em Piracicaba – SP	61
CAPÍTULO III – PROBLEMÁTICA	69
CAPÍTULO IV – DIRETRIZES PROJETAIS.....	74
4.1 Diagnóstico do local.....	74
4.2 Leis vigentes.....	82
4.3 Programa de necessidades e Pré-dimensionamento	84
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES	96

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é reconhecido como essencial para a manutenção da memória, da identidade e da criatividade dos povos e da riqueza das culturas, sendo reconhecido de forma abrangente como necessário para se promover e proteger a memória e as manifestações culturais (UNESCO, 2020). Neste contexto, pode-se entender que o patrimônio cultural “[...] se manifesta enquanto conjunto de bens e valores, tangíveis ou intangíveis expressos em palavras, imagens, expressões corporais, valores, códigos culturais, costumes, saberes e fazeres” (SILVA, 2018, p.15).

Dentro desta temática emerge a importância da ideia de preservação, já que preservar o patrimônio constitui manter viva “parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos” (TOMAZ, 2010, p. 1-2). Entretanto, o que tem-se verificado são as modificações e avanços ocorridos nas cidades que acabam rompendo com a preservação de edificações históricas (CARDOSO et al., 2017).

Dado que o patrimônio proporciona ao indivíduo relembrar a ação humana em determinado período histórico (NERINGE; FEGGER, 2019), o debate entre patrimônio, espaço e memória contribui para a compreensão do patrimônio cultural, como por exemplo no contexto das ferrovias, que possui uma dimensão histórica e espacial importante dado à notoriedade que este meio de transporte proporcionou aos países, estados e municípios (CASTRO; MONASTIRSKY, 2013). Assim, políticas de preservação e de uso de ferroviárias e trens históricos são importantes para manter viva a história e a memória local (MAMEDE; VIEIRA; SANTOS, 2008; CASTRO; MONASTIRSKY, 2013; NERING; FEGGER, 2019).

Nesta mesma perspectiva, a cidade de Lavras, localizada em Minas Gerais – Brasil, possui sua história construída, também, a partir de ferrovias. A criação das ferrovias em Lavras corroborou, inclusive, para o rápido desenvolvimento da cidade entre o século XIX e início do Século XX, já que em

1.º de abril de 1895 inaugurou-se a estação ferroviária na cidade e em 2 de março de 1917 foram inauguradas as oficinas para manutenção e reparação das locomotivas, estas tombadas e reconhecidas, atualmente, como Galpões da antiga Rede Ferroviária (GOVERNO DE LAVRAS, 2020). Entretanto, o que se observa no contexto do município é a grande depreciação do patrimônio ali existente (MESSIAS et al., 2020), principalmente dos Galpões ferroviários que se encontram abandonados.

Entendido a importância da preservação e da manutenção de patrimônios para que a memória e a percepção de pertencimento da população existam quanto ao local (MENDES, 2000; CARDOSO, 2017; MESQUITA, 2018; MESSIAS et al., 2020; UNESCO, 2020), questões apareceram como diretrizes para a consecução desta pesquisa, tais como: “O que é patrimônio cultural? ”, “Como patrimônios culturais podem ser preservados?” e “Como ressignificar patrimônios abandonados?”. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa constitui desenvolver um projeto arquitetônico de requalificação/preservação em Galpões Ferroviários abandonados, localizados na cidade de Lavras – Minas Gerais, para manter viva a história e a memória da cidade, de forma a criar relações de pertencimento com a população.

Como forma de alcançar o objetivo geral, buscando tanto o resgate memorial e emocional como uma área de utilização e socialização pela população, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) Estudar a história e a memória da cidade de Lavras, para compreender de que forma os galpões, analisados neste estudo, são importantes para o município; (II) Realizar um levantamento dos galpões de forma a compreender a sua estrutura; (III) Recuperar a arquitetura dos os galpões, seguindo as instruções dos teóricos do patrimônio cultural, de forma a manter suas características originais; (IV) Propor melhorias formais e estruturais de maneira a levar para os espaços um ar contemporâneo; (V) Propor um trabalho além dos galpões, e assim, estudar e apresentar uma nova intervenção no entorno urbano das edificações.

Diante do debate exposto, entende-se a importância e a necessidade da realização de tal estudo, haja vista, a necessidade de manter viva as memórias do indivíduo a partir da manutenção e da preservação de patrimônios culturais.

O presente portfólio está sendo desenvolvido e subdividido em capítulos específicos, porém complementares, permitindo a construção do conhecimento na área estudada e o cumprimento do objetivo proposto. Os capítulos estão expostos a seguir.

No Capítulo I, e nas suas subdivisões, é apresentado a fundamentação teórica que subsidia este estudo na subseção 1.1 debate-se acerca dos principais conceitos do Patrimônio Cultural. A seguir, o item 1.2 discute-se sobre a preservação e conservação do patrimônio cultural. Já na subseção 1.3 argumenta-se sobre a preservação e conservação de edifícios históricos e culturais. Quanto à subseção 1.4 mostra-se a história de lavras e seus patrimônios. Por fim, no item 1.5 debate-se sobre o patrimônio ferroviário.

Quanto ao Capítulo II, são apresentados três estudos de caso. Tais estudos de caso foram selecionados por possuírem propostas e análises que podem contribuir para o presente estudo, uma vez que, por serem similares, podem corroborar com a viabilidade e o embasamento das ideias projetuais. Tais estudo são: 2.1 o Centro Cultural Leny de Oliveira Zurita em Araras – SP, 2.2 a Praça das Artes em São Paulo – SP, 2.3 o Teatro Erotídes de Campos em Piracicaba – SP.

O Capítulo III corresponde à problemática, em que são demonstrados os problemas da cidade e da região estudados, além da motivação encontrada para a realização do estudo.

Por fim, no Capítulo IV são apresentados aspectos relevantes acerca do projeto arquitetônico, mais especificamente as diretrizes projetuais, o conceito e o partido arquitetônico, a análise e o diagnóstico do terreno, o programa de necessidades e o pré-dimensionamento, além do fluxograma e da setorização.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão apresentadas a fundamentação teórica que subsidia este portfólio. Primeiramente serão abordadas questões relacionadas ao Patrimônio Cultural. Em seguida será apresentado um debate sobre a preservação e a conservação do Patrimônio Cultural. No terceiro subtópico será abordado acerca da preservação e conservação dos edifícios históricos, um bem cultural material. Em seguida, na quarta subseção, será apresentado o contexto da cidade de Lavras – MG e seus patrimônios, uma vez que o trabalho será realizado em um dos patrimônios municipais desta cidade. Por fim, no último subtópico, um breve debate será apresentado sobre o patrimônio ferroviário, dado que o local de análise deste portfólio constitui os Antigos Galpões Ferroviários de Lavras – MG.

1.1 Patrimônio Cultural

Originalmente, enfatiza-se que a palavra patrimônio derivou do latim “*patrimonium*”, referente aos bens transmitidos aos sucessores (MENDES, 2012). A partir desta perspectiva, o patrimônio cultural corresponde à herança dos antepassados, com a qual os indivíduos do presente convivem e a qual pretendem transmitir às próximas gerações (VOGT, 2008). Indo além da ideia de herança, o patrimônio também está historicamente relacionado à noção do sagrado (SANTOS, 2001). Assim, Zanirato e Ribeiro (2006) explicam que, com relação à perspectiva de herança, o termo originou-se da palavra pater que possui o significado de paterno, representando os bens de herança que são transferidos aos filhos, enquanto que na perspectiva da tradição cristã, o patrimônio correspondia tanto aos objetos de alto valor material que eram preservados, quanto aos cultos, vestimentas e cerimônias que foram preservados pela Igreja.

Entretanto, evoluindo essa percepção patrimonial do passado, “[...] se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006,

p. 251). Neste sentido, o patrimônio será constituído por aquilo que possui importância para uma comunidade (MESQUITA, 2016), de modo que o “O patrimônio cultural será formado por elementos culturais que formam a identidade de uma comunidade, que são parte da memória coletiva” (MESQUITA, 2018, p. 11). Neste sentido, “O patrimônio cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade – comunidade de origem, comunidade de destino” (MENDES, 2012, p. 17). Araripe (2004), por exemplo, considera que uma das maiores riquezas do patrimônio cultural constitui a preservação da memória social, assim como a sua capacidade de fonte de (in)formação e, conseqüentemente, essencial na promoção do crescimento pessoal e coletivo da construção de uma sociedade.

Apesar de ser um desafio definir conceitualmente e legalmente patrimônio cultural, visto que ele abarca diferentes formas de expressão dos bens da humanidade (SANTOS, 2001; PELEGRINI, 2006), segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma organização que possui como pressuposto identificar, proteger e preservar o patrimônio cultural, valioso para a humanidade, existente em todo o mundo, o patrimônio cultural é constituído por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que possuem, excepcionalmente e universalmente, valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico (UNESCO, 2020).

O patrimônio corresponde ao principal eixo responsável pelas ações de preservação de bens representativos de uma sociedade (NIGRO, 2017; RODRIGUES, 2017). Assim, “[...] múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 251). Entende-se, então, que o Patrimônio Cultural é sempre algo global, podendo ser dividido e distribuído em diferentes formas, dentre as quais pode-se elucidar o arquitetônico ou edificado, o ambiental ou natural, o arqueológico, o artístico e o religioso (VOGT, 2008; VELOSO, 2009; NIGRO, 2017; RODRIGUES, 2017; MESSIAS et al., 2020).

Apesar das diversas formas, o “[...] o patrimônio cultural é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial” (VELOSO, 2009, p.439). Neste âmbito, o patrimônio cultural, “que pode ser material (ou seja, o que é visível, como os artefactos) e não material (o que não é visível, como ideias, comportamentos, sistema simbólico e religioso), é reproduzido e preservado através da memória social” (RODRIGUES, 2017, p. 354). Sendo assim “O patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial, extrai sua singularidade por expressar “marcas de distinção” que, por sua vez, remetem a situações específicas vividas por uma determinada comunidade, como, por exemplo [...] manifestações populares da cultura brasileira” (VELOSO, 2009, p.439).

As proteções dos bens materiais foram os primeiros a existir, sendo que os primeiros bens culturais protegidos foram os bens materiais imóveis (monumentos comemorativos e edifícios históricos) e, em seguida, surgiu a necessidade de proteção dos bens materiais móveis (quadros e outros objetos artísticos) (OLIVEIRA, 2018). Complementando esta perspectiva, associa-se o patrimônio cultural material a maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, objetos, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis, moedas e outros bens de uma sociedade que represente a nacionalidade de um determinado país/local (VOGT, 2008; PELEGRINI; FUNARI, 2017)

Segundo o IPHAN (2014, s.p)

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Entretanto, apesar de inicialmente a proteção de bens tangíveis terem ganhado destaque, atualmente, existe uma preocupação cada vez maior na proteção dos bens culturais imateriais, como os aspectos musicais, as danças, as práticas alimentares, dentre outros (OLIVEIRA, 2018). Para isto, entende-se o patrimônio cultural imaterial ou intangível como uma nova qualificação de

patrimônio, que ganhou destaque como forma de valorizar aspectos da vida social e cultural não englobados dentro das definições mais tradicionais de patrimônio (VOGT, 2008). Assim, o “movimento de valorização das culturas, iniciado com os aspectos materiais, em geral produzido pelas elites, passou aos poucos a se expandir para as manifestações intangíveis e dos grupos sociais em geral, não apenas, pelos dominantes” (PELEGRINI; FUNARI, 2017, n.p).

Neste sentido, quanto ao patrimônio intangível, tem-se

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN, 2014^a, n.p)

O patrimônio imaterial é constituído por canções, crenças, celebrações, ritos, lendas; por saberes que passam de uma geração para outra, como as formas de cultivar e as maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar; por manifestações cênicas, lúdicas e plásticas; por lugares e espaços de encanto e de convívio e encontro de uma sociedade (VOGT, 2008, p. 14).

A maioria das pesquisas acerca do patrimônio cultural, nas mais diversas áreas do conhecimento, reconhecem que a identificação e a proteção de itens e bens culturais constitui-se em uma atividade especializada, em que o Estado emerge como o principal representante do interesse público nos processos de construção de representações simbólicas da sociedade e da identidade dos grupos que a constituem (ARANTES, 2009; NIGRO, 2017). Complementando, tem-se que

A identificação de itens culturais a serem protegidos e a implementação de procedimentos de proteção resultam de um processo de negociação complexo, e frequentemente conflituoso, que envolve mediadores culturais, ou seja, agentes de políticas públicas (técnicos e burocratas) e agentes profissionais, políticos e empresariais. (ARANTES, 2009, p. 426-427).

Nesta perspectiva da atuação de atores estatais e governamentais ressalta-se o papel de diversas instituições. Em nível internacional tem-se a atuação da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, uma organização intergovernamental, que busca construir a paz por meio da cooperação internacional em Educação, Ciências e Cultura

(UNESCO, 2019). A Unesco se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade (UNESCO, 2020), preservando, atualmente, 1.073 locais do Patrimônio Mundial em 167 países (UNESCO, 2019).

Na perspectiva nacional existem diferentes entidades responsáveis pelo patrimônio cultural, como previsto no Artigo 23 da Constituição Federal, que diz que compete, de forma comum, à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a realizarem a proteção, dentre outros, dos documentos, das obras e outros bens de valor histórico artístico e cultural.

Em nível nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) corresponde à autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, sendo responsável pela preservação do Patrimônio Cultural do país, protegendo e promovendo os bens culturais brasileiros e assegurando a permanência e desfrute para as gerações presentes e futuras (IPHAN, 2014). O Instituto foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, possui 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa); 37 Escritórios Técnicos, a maioria sediados nas chamadas cidades históricas, e, ainda, seis Unidades Especiais, quatro no Rio de Janeiro e duas em Brasília.

Como forma de descentralizar a atuação apenas da união, fica também previsto que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias, como previsto pela Constituição.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 1988).

Quanto à instância municipal, está previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 30 que compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual ((BRASIL, 1988). Entende-se, assim, que existe um patrimônio

cultural local, que por hora, só pode ser entendido como patrimônio cultural municipal, de modo que, por esta razão, é possível destinar ao município o poder legislativo capaz de decidir acerca da normalização de tal patrimônio.

Entendido que o Patrimônio Cultural corresponde a um conjunto de bens materiais e imateriais, consolidados no tempo e no espaço, pertencente a uma região e ao seu povo, existe uma obrigação de se proteger e conservar esse patrimônio para as gerações futuras (MESQUITA, 2018; PEREIRA, 2020). Neste sentido, buscando um debate sobre a conservação e a manutenção do patrimônio cultural na seção seguinte, serão apresentados alguns aspectos sobre a temática.

1.2 Preservação e conservação do patrimônio cultural

A importância de se valorizar, conservar e preservar o patrimônio cultural corresponde à necessidade de manter a memória e a história de um determinado local e de uma sociedade (DA SILVA; CORDEIRO, 2017). Desta forma, “[...] preservar é essencial para o entendimento do que nossos antepassados pensavam e como viam o mundo, pois a arquitetura, vista como arte e patrimônio, é o reflexo dos nossos pensamentos, sentimentos e demais subjetividades” (DE OLIVEIRA; MUSSI; ENGERROFF, 2020).

Entretanto, a modernização e urbanização desenfreada das cidades, que promove o avanço social e econômico, comporta-se também como um agente de corrobora na degradação de diversos ambientes urbanos, que para isto necessitam de ações mais assertivas para sua preservação e manutenção (BORTOLOZZO, 2016). Corroborando o debate sobre a modernização e necessidade de preservar a memória social, Tomaz (2010, p. 4) enfatiza que:

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de pensamento impacta frontalmente a ideia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada.

Ainda, tem-se que:

A preservação pode ser vista como uma forma de intervenção, tanto pelo seu caráter normativo como simbólico. Com relação ao caráter normativo, importa considerar suas formas jurídico-administrativas que impõem restrições às mudanças no uso e ocupação dos bens preservados e de seus entornos, impulsionando, diretamente, o surgimento de novos modos de gestão e uso do espaço urbano. Com relação ao caráter simbólico, deve-se ponderar que a consagração oficial que transforma alguns bens culturais em bens patrimoniais, lhes confere um efeito de diferenciação social, fazendo com que novos significados lhes sejam atribuídos. Com isso, processam-se novas valorizações do espaço e, por conseguinte, novos usos e vivências com os bens tombados e com a cidade (NIGRO, 2017, p. 78).

Como já debatido, tem-se, no Brasil principalmente, a atuação da gestão pública (União, Estados e Municípios) como principais atores no campo da preservação, através de diversos meios e atividades (ARANTES, 2009; NIGRO, 2017). Tais órgãos são responsáveis pela preservação de bens que representam a história da sociedade, estando, para isto, associado a diferentes terminologias, dentre elas o patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental, etc. (DA SILVA; CORDEIRO, 2017; NIGRO, 2017).

Para isso, dentre as formas de acatamento e proteção, de acordo com a Constituição Federal, segundo o Art. 216, “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas [...]”. Mais especificamente, tem-se que a definição de cada um dos principais meios de proteção

Os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial (IPHAN, 2014^a, p. s.p).

O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Esse instrumento é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto:

celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural (IPHAN, 2014^a, p. s.p).

Entende-se por Vigilância, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, a obrigação disposta ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, de exercer atenção permanente em relação ao patrimônio cultural material protegido. Vigilância – (1) Entendimento aplicável ao patrimônio cultural material. (2) Implica na totalidade de instrumentos, processos, ações e práticas voltados à preservação dos bens culturais materiais, (3) Orientada para a garantia da permanência dos valores e atributos a eles inerentes e para sua fruição, (4) Considerando o valor social daqueles bens enquanto patrimônio cultural (BRASIL, 1988).

O tombamento é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN, 2014^a, p. s.p).

A desapropriação é o instituto jurídico que possui fundamento no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado que confere ao Poder Público a legitimidade para praticar ações em prol do interesse público e coletivo em primazia ao privado. Trata-se da modalidade de desapropriação prevista no artigo 216, instituída para outorgar ao Poder Público a competência para desapropriar um bem, ao constatar mediante a provocação dos seus órgãos de proteção, o seu valor cultural (SILVA; SARTORI, 2015, p. 606-607).

Apesar de o processo de reconhecimento e de proteção debatido acima ser uma etapa importante para a preservação do patrimônio cultural, enfatiza-se que posteriormente a este processo há a necessidade de intervenções como forma de recuperar e manter o bem protegido. Entretanto, o que se verifica, principalmente quanto aos patrimônios culturais materiais, é que muitos destes bens após serem reconhecidos como patrimônios, acabam sendo abandonados ou esquecidos (FURTADO, 2015). Segundo Chagas (2013) para que esses importantes espaços relacionados à memória e à história coletiva, construída ao longo do tempo, não fiquem abandonados e esquecidos, existem ações de

proteção e conservação que podem ser adotadas com a finalidade de proteger e garantir a sobrevivência e a continuidade do patrimônio. Assim, as formas de preservação e reutilização do patrimônio cultural correspondem a uma forma de conscientizar e valorizar a memória e as tradições (BASTOS, 2004).

Para isso, diversas expressões surgiram como pressupostos para intervenções urbanas necessárias para diminuir processos de degradação dos monumentos, muitos utilizando o prefixo “re”, como: restauração, reabilitação, reconstrução, revitalização, requalificação, renovação, retrofit, entre outros. Peixoto (2009) enfatiza que muitas vezes as definições dos diferentes instrumentos se misturam, sendo difícil diferenciá-los uns dos outros já que não há consenso sobre tais definições. Entretanto, buscando gerar um debate sobre tais ferramentas, a seguir apresenta-se as principais intervenções para se recuperar e salvaguardar monumentos culturais e históricos.

Tem-se que as intervenções “[...] devem levar em consideração que as propriedades históricas de hoje são os registros históricos de amanhã. As intervenções realizadas hoje, com reparações e recolocações de materiais, serão futuramente parte do registro de sua história” (TEOBALDO, 2004, p. 58). Assim, existem procedimentos mais restritivos quanto à mudança, como a restauração, que busca recuperar a integridade da forma original do bem patrimonial (CHAGAS, 2013). “É o processo de recomposição do edifício da maneira como historicamente ele se constitui [...], visando manter sua integridade material, assegurar a conservação e a proteção de seu valor cultural e sua transmissão ao futuro” (IEPHA/MG, 2009, p. 166). Ainda:

Restauração é o procedimento que busca o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que isso seja possível, sem cometer falsificação artística ou histórica e sem apagar qualquer vestígio acontecido na transmissão da obra de arte através do tempo. É o conjunto de técnicas e processos de reparar e reintegrar uma obra buscando sua preservação, valorização e recontextualização e permitindo que seu potencial simbólico continue participando da dinâmica cultural (IEPHA/MG, 2009, p. 166).

A restauração, cujo princípio ético é a reversibilidade, só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem o estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado

conduzir à valorização de sua significação cultural (IEPHA/MG, 2009, p. 166).

Quanto à reabilitação, “as propriedades da edificação que se desenvolvem ao longo do tempo podem ser alteradas ou acrescidas através de um desenho contemporâneo, de forma a se compatibilizar com novos usos” (TEOBALDO, 2004, p. 62). O IEPHA/MG (2009, p. 164), por sua vez, enfatiza que reabilitação “É o processo de recomposição do bem e de sua efetiva reutilização, seja para os usos tradicionais ou para uma nova utilização” Ainda, a reabilitação busca “[...]em simultâneo, concretizar melhoramentos em edifícios localizados nas áreas urbanas antigas e centrais, fomentar serviços e desenvolver infraestruturas e equipamentos, de modo a conferir uma nova vida a zonas históricas que entraram em depressão [...]” (PEIXOTO, 2009, p. 44). Por fim, neste tipo de instrumento

Os materiais deteriorados podem ser reparados e no caso de elementos desaparecidos pode-se intervir utilizando a substituição como solução de forma que se recupere a visão da obra como um todo. Pode-se utilizar materiais contemporâneos em locais onde não seriam possíveis a utilização dos pré-existentes. A reabilitação tem o potencial de alterar o caráter histórico da obra devido a essa ligação com novos usos e com a mudança (TEOBALDO, 2004, p. 62-63).

Já a reconstrução, para o IPHAN (2005) corresponde ao conjunto de ações destinadas a conservar uma edificação ou parte dela, que se encontre destruída ou em risco de destruição, mas ainda não em ruínas. A reconstrução, por sua vez, ocorre quando os bens estão em grau avançado de deterioração ou após algum tipo de sinistro, de modo que todo as atividades de reconstrução devem ser substituídas, no início, pela anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas (IEPHA/MG, 2009). Para tanto, a reconstrução apenas é aceita em “casos especiais e deve ser baseada em evidências históricas ou documentação indiscutíveis. São exemplos: as edificações destruídas por incêndios, enchentes, guerra, ou, ainda, na iminência de serem destruídas [...]” (IPHAN, 2005, p. 13). Por fim, “No caso de monumento desaparecido, este somente poderá ser substituído por sua cópia se o seu remanescente, avaliado por juízo crítico rigoroso, justificar tal reprodução” (IEPHA/MG, 2009, p. 164).

Uma das intervenções mais populares, principalmente entre os anos de 1990 e 2000 foi a revitalização urbana, método que busca dar nova vida ao lugar a ser recuperado (CASTILHO, 2008). Segundo o IEPHA/MG (2009, p. 167-168):

A revitalização refere-se à recuperação e reutilização de trechos urbanos degradados ou sem vida, embora o senso comum aplique esse termo indiscriminadamente a qualquer requalificação urbana mesmo em locais plenos de atividades, que apenas necessitariam de um reordenamento físico-espacial e de usos. A revitalização tem sido o instrumento utilizado em diversos locais onde há um grande potencial de localização associado a um extensivo patrimônio construído. Muitas vezes, este é um instrumento de grande redução de deseconomias urbanas e de criação de novas áreas de importância e afluência turística ou da própria população das cidades.

“Assim, a revitalização urbana obriga a intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconômicas ou no quadro de vida de um determinado território [...]” (MOURA et al., 2006, p. 21). Assim, as modificações realizadas pela revitalização modificam e melhoram o local a ponto de atrair novos usuários para ele, principalmente com poder aquisitivo maior, esquecendo dos que ali já se encontravam, motivo pelo qual tem-se buscado a substituição da expressão revitalização por requalificação, já que a revitalização cria uma política de exclusão e a requalificação não (OLIVEIRA, 2017).

A requalificação, por sua vez, busca integrar mais a sociedade do que a revitalização. Assim, “[...] é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica” (MOURA, 2006, p. 20). Requalificação, então, incentiva a criação de novas atividades econômicas e novas funções aos espaços públicos, juntamente com a manutenção da identidade e das características sociais (CASTILHO, 2008).

Segundo o IEPHA/MG (2009), pode-se considerar a requalificação de dois tipos, a de edifícios, que “Compreende toda a gama de ações que, sob esse nome genérico, engloba desde a restauração propriamente dita até a reconversão da edificação para novos usos diferentes do original” (IEPHA/MG, 2009, p. 165), e a de trechos urbanos, que

Como a noção de patrimônio cultural não se restringe apenas a edifícios, devemos considerar, também como campo de trabalho, os trechos urbanos definidos como conjuntos notáveis e os conjuntos paisagísticos, neste caso mais ligados ao ambiente natural. Da mesma forma que no caso da requalificação de edifícios, compreende toda uma gama de serviços que vai da reinserção em vazios urbanos até grandes obras urbanísticas (IEPHA/MG, 2009, p. 165)

A requalificação possui a capacidade de mudar o “[...] valor da área, ao nível económico (atividades económicas com alto valor financeiro), cultural (localização de usos económicos relacionados com a cultura), paisagístico e social (produção de espaços públicos com valor de centralidade)” (MOURA, 2006, p. 20). Assim:

Entre as dinâmicas e os processos sociais que estão na origem da problemática da requalificação urbana os mais relevantes têm a ver com: a evolução das economias urbanas, marcada pela expulsão das indústrias do sector secundário para as margens das cidades; a tendência para a policentralidade e a perda de vitalidade dos antigos centros urbanos, num quadro de alargamento incessante da malha urbana e da consequente produção de novos centros e de novas margens; a consolidação de um mercado urbano do lazer construído à volta da ideia de espaço público e do consumo visual; e a emergência de um cenário de concorrência e de competitividade entre cidades que adensa a importância de fatores representacionais e imagéticos, assim como de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que concretizam no espaço símbolos de afirmação e de identificação das cidades (PEIXOTO, 2009, p. 41-42).

A ideia de renovação urbana, “[...] contrariamente à ideia de reabilitação é menos marcada por preocupações relativas à autenticidade, embora mantenha cuidados dessa natureza” (PEIXOTO, 2009, p. 45). Segundo a Carta de Lisboa de 1995, a renovação constitui um novo modelo urbano com novas construções a partir da demolição de estruturas morfológicas e tipológicas, e da adoção de tipologias arquitetônicas contemporâneas (CLAPER, 2008). Remetendo à ideia de transformação de edifícios locais de suas funções, inclusive com a introdução de novos elementos e a alteração de estilo arquitetônico, já que é destinada a uma área urbana degradada que não possui valor patrimonial e arquitetônico, afastando-se neste aspecto da ideia de reabilitação (PEIXOTO, 2009).

Por fim, tem-se o retrofit “[...] uma opção de reforma incentivada no Brasil por políticas fiscais e pela iniciativa privada, um cenário bastante promissor já

que os nossos edifícios históricos [...] estão “envelhecendo” e com isso edificações de importância [...] estão deteriorando-se” (ESTEVES; LOMARDO, 2016, p. 3). O retrofit “[...] como é chamada a técnica de recuperação de edificações, é a busca pela eficiência do edifício e a adaptação às necessidades dos usuários, dentro das limitações físicas de sua estrutura” (APOLÔNIO et al., 2010). “A prática do retrofit foi criada na década de 90 na Europa e nos Estados Unidos de forma a corresponder às rígidas legislações de preservação, permitindo a utilização apropriada do acervo arquitetônico” (GUIMARÃES, 2017, p. 6). Ainda:

O retrofit propõe a adequação da edificação existente às necessidades dos atuais usuários, sendo incorporadas tecnologias, não só de automação, economia energética, sistemas de dados, proteção e combate a incêndio, sistemas elétricos e hidráulicos como também renovação ou reforma de materiais e revestimentos, aumentando sua vida útil sem com isso alterar as características originais em edificações históricas (CIANCIARDI et al., 2004 apud GUIMARÃES, 2017, p. 6).

Após analisar as ações existentes de conservação e proteção de monumentos históricos, os meios que poderão ser aplicados na ressignificação dos Galpões Ferroviários de Lavras, são: a **restauração**, importante intervenção em bens tombados e/ou de grande valor para a sociedade, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa, em que soluções serão propostas para melhorar as estruturas, como das fachadas que devem ser mantidas pelo bem tombado, assim como adaptações do local para que ele receba novos usos; o **retrofit**, tem o propósito de trazer a eficiência da renovação, porém mantendo as características originais e a memória afetiva do local, empregando no projeto melhorias de equipamentos e estruturas; e por fim a **requalificação**, uma vez que além de buscar melhorar a região por meio das intervenções a serem realizadas, também será considerado a reinserção da população neste local, ou seja, o projeto busca incluir todas as camadas sociais, sem o propósito de exclusão de nenhuma gama da sociedade após a valorização local.

Assim, dado que as políticas e instrumentos de preservação do patrimônio buscam a recuperação de condições necessárias do edifício histórico, com o propósito de propiciar um novo uso capaz de integrar o bem protegido e a memória e a história da sociedade (QUERUZ, 2007), na seção a seguir serão

debatidos aspectos sobre edifícios históricos/patrimoniais e suas novas funcionalidades.

1.3 Preservação e conservação de edifícios históricos e culturais

Neste estudo, o local de análise se constitui em edifícios históricos, caracterizados como um patrimônio cultural material imóvel. Para Giacomini e Fernandes Póvoas (2011, p. 177)

Todas as cidades são materialmente compostas por diversos extratos de tempo, expressos em seus edifícios e espaços públicos. Ambos passaram por contínuas substituições e remodelações, em um processo lento, cíclico e acumulativo, e chegaram até a atualidade para, com as construções contemporâneas, viabilizarem a vivência urbana.

O tempo, então, causa deterioração em edifícios antigos e históricos, fazendo com que estes se tornem em espaços urbanos vazios. “Esses vazios urbanos são normalmente entendidos como espaços que perderam sua função econômica, ambiental e social, são espaços vazios, abandonados e/ou subutilizados” (PEREIRA, 2020, p. 10). Segundo Queruz (2007) a falta de políticas precisas que reconheçam e valorizem os bens patrimoniais, juntamente com a inexistência de ações necessárias e corpo técnico eficazes, assim como do desconhecimento do real valor dos bens pela população são algumas razões que levam ao descaso e à degradação de edificações históricas.

Segundo Fiorani (2007) apud Tirello e Correa (2012) existem dois tipos de categorias sobre degradação em edifícios históricos, sendo eles a degradação da superfície, relacionado a fenômenos degenerativos que ocorrem na superfície dos materiais e que, muitas vezes, são possíveis de se identificar e compreender a real patologia que os causa, e a degradação da estrutura, relacionado a consequências diretas nas estruturais mais profundas, relacionadas ao aumento de cargas, colapso de estruturas resistentes, problemas de fundação, entre outros.

Deste modo, preservar e manter tais edifícios se torna necessário, principalmente quando este monumento é tombado. Vogt (2008) salienta que o patrimônio cultural edificado representa uma herança do passado em que a

sociedade atual vive e, ao preservar, tem-se a possibilidade de transmitir às gerações futuras. Com isso, na maioria dos países, especificamente nos Estados Unidos e Inglaterra, há um consenso de realização de intervenções em patrimônios edificados, com o propósito de valorizar as cidades e da memória (CASTILHO, 2008).

Assim, atualmente “[...] impõe-se avaliar a representatividade de cada um desses edifícios e de seu conjunto, de modo a propor os meios mais adequados para sua manutenção e continuidade enquanto patrimônio construído, produto e produtor de identidade e de memória” (GIACOMINI; FERNANDES PÓVOAS, 2011, p. 2). Entretanto,

O Estado não é capaz de preservar edifícios históricos sem ocupação, como também não pode ocupar todos os edifícios antigos que existem. Cada caso é um caso e desse debate só há uma posição a tomar: as questões éticas não devem ser subordinadas aos assuntos comerciais, mas tampouco devem ficar alheias às mudanças e transformações da sociedade (FRONER, 2009, p. 91).

Para tanto, o que verifica-se é a necessidade de tornar o patrimônio cultural edificado mais funcional, principalmente a partir de novos usos, para a sociedade, uma vez que “[...] o uso do patrimônio edificado existente como fonte cultural, social e econômica tornou-se uma questão de grande interesse, que extrapola a questão meramente preservacionista” (RODRIGUES; DE CAMARGO, 2010, p. 147). Deste modo

A atribuição de novos usos a estes espaços considerados representativos da memória coletiva torna-se uma estratégia de preservação, pois a funcionalidade desses prédios justifica não apenas o investimento no restauro, como também garante sua existência. [...] por um lado, argumenta-se que antigas edificações possuem limitação estrutural que compromete seu pleno funcionamento, adequado ao espaço. Por outro lado, defende-se a memória social e o valor histórico que tais prédios possuem naturalmente, o que proporciona valor cultural ao lugar em que estão localizados. Além disso, o laço afetivo que a população local possui com relação a tais bens pode ser um facilitador da aproximação do indivíduo com as atividades idealizadas para o espaço preservado (OLIVEIRA, 2017, p. 2-3).

Apesar de entender-se que as marcas deixadas pelo tempo também constituem parte da essência do edifício a ser preservado, diversas obras são necessárias com o intuito de manter viva a história e a memória de tais edifícios.

Entretanto, manutenções e modificações nos edifícios históricos e culturais, principalmente com novas capacidades de uso e a valorização da imagem de quem os utiliza, há a necessidade de que eventuais adaptações ou intervenções em tais edifícios devem sempre acrescentar valor patrimonial e nunca o contrário (BERNARDES et al., 2014). Assim, todos os instrumentos de preservação devem ser considerados no processo de manutenção do edifício patrimonial, dado que nenhum bem patrimonial que seja tombado, pode ser destruído ou descaracterizado para receber novos usos, assim como que para receber novas intervenções deve ser analisada e aprovada pelo órgão que realizou o tombamento, já que qualquer dano ou perda sofrido por este patrimônio será irreparável (OLIVEIRA, 2017).

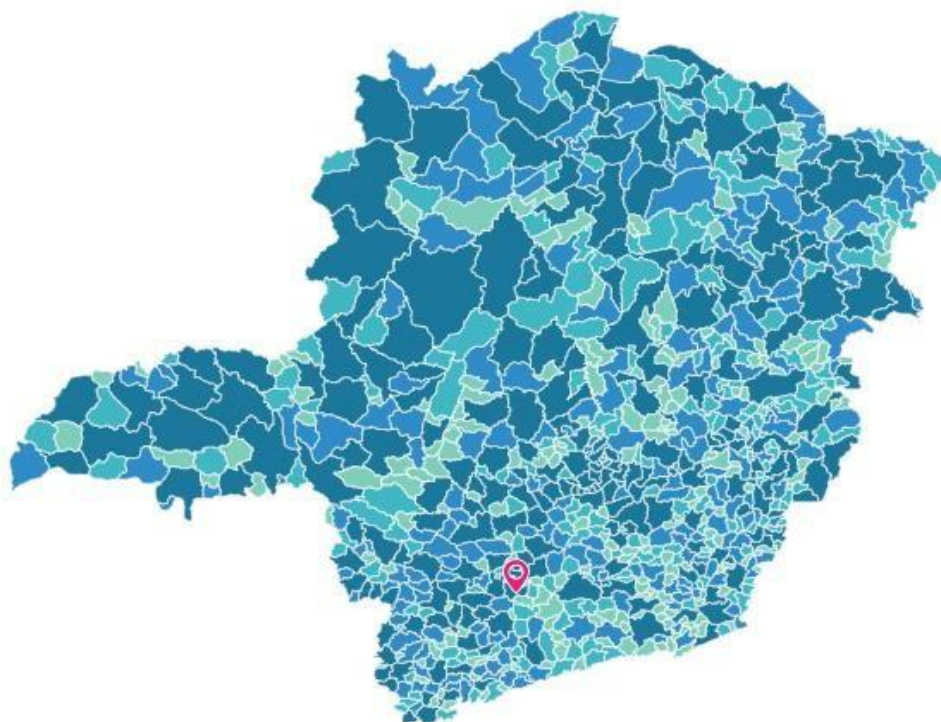
A partir de todo o debate apresentado até aqui, apesar de o entendimento acerca da importância de se preservar o patrimônio cultural ter iniciado principalmente nas cidades de maior porte que possuíam destaque e reconhecimento internacional (MONASTIRSKY, 2006) o IPHAN tem envolvido “as prefeituras, os governos estaduais e a sociedade civil organizada para que os mesmos também preservem esses bens detentores de valor cultural, principalmente quando analisada sua inserção no contexto regional [...]” (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011, p. 11). Deste modo, a seguir será apresentado uma contextualização da cidade de Lavras-MG, local de estudo deste trabalho, e, também, seus patrimônios registrados.

1.4 História de Lavras e seus Patrimônios

Lavras é uma cidade que fica localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil, e está localizado na mesorregião do Campo das Vertentes, uma das doze mesorregiões de Minas Gerais. A cidade teve sua fundação no início do século XVIII com o nome de Arraial de Sant’Ana das Lavras do Funil, em que os habitantes locais estavam empenhados na busca pelo ouro (IBGE, 2021). Com o tempo o local passou para a condição de vila, em 1831, e obteve sua emancipação política e administrativa, em 1868, consolidando-se atualmente como uma das principais cidades do estado (PREFEITURA DE LAVRAS, 2020).

A cidade de Lavras, tem uma área territorial com aproximadamente 564,59 km², com a população estimada no ano de 2020 de 104.783 habitantes (IBGE, 2020). O município está nos limites territoriais com as cidades de Carmo da Cachoeira, Perdões, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho, Ijaci, Itumirim e Ingaí, margeado à BR-265 e à rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga as grandes capitais brasileiras (IBGE, 2020). É conhecida por ser um local de passagem, já que viajantes a cruzam rumo grandes cidades do sudeste do país, uma vez que está a uma distância de 244,0 km da Capital do Estado, Belo Horizonte – MG, a 378,8 km de São Paulo – SP e a 424,4 km do Rio de Janeiro-RJ. A localização da cidade está expressa na Figura 1, como forma de contextualizar a localização da cidade no mapa.

Figura 1 – Mapa da localização de Lavras no Estado de Minas Gerais



Fonte: IBGE (2021).

Historicamente, em meados do ano de 1720, era denominada como Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil, como povoado, onde os primeiros habitantes eram principalmente paulistanos, atraídos pela visão de riqueza,

proporcionadas pelo ciclo do ouro naquela época (SILVA, LIMA, SILVA, 2020). Nesse período, o Desembargador Português Francisco Bueno da Fonseca chegou ao território, com sua família, na busca do ouro e também na abertura de novos caminhos até às Minas dos Goias (SILVA et al., 2020).

Porém, com o tempo houve a estagnação da extração do ouro, em que a população local necessitou ocupar-se com outras atividades para sobreviver (MESSIAS et al., 2020). Assim, nos primórdios do ano de 1737, o Arraial de Sant’Ana das Lavras do Funil começava a povoar, com isso, a população recebeu uma carta do Governador Martinho de Mendonça, decretando que os cidadãos e exploradores, poderiam exercer outros trabalhos além da descoberta do ouro, como a agricultura e atividade pastoril (RESENDE, 2020).

Em 13 de outubro de 1831 o povoado foi transformado em município e a cidade passou a ser chamada por Lavras do Funil, havendo assim, em meados do ano 1868, a emancipação administrativa, política e a alteração do nome de “Lavras do Funil” para “Lavras” (SILVA; VENTURIN; PASSOS, 2016; IBGE, 2021). Enfatiza-se, para tanto, que o atual nome da cidade se justifica devido às grandes quantidades de lavras para exploração de ouro que existia nesta região, da ação de lavrar em busca de tal metal, atividade responsável pelos primeiros moradores locais (IBGE, 2021; SILVA, LIMA, SILVA, 2020)

A cidade de Lavras é um marco para a sociedade educacional brasileira, pois está presente no município uma das melhores Universidades Federais do país. A Escola fundada no ano de 1908, pelo norte americano Samuel Rhea Gammon, foi nomeada como Escola Superior de Agrícola de Lavras (ESAL) no ano 1938, conseqüentemente aconteceu sua federalização no ano de 1963 e em 1994 tornou-se Universidade, conhecida desde então como Universidade Federal de Lavras (ANDRADE, 2010). Diante desse contexto, no ano de 1968, foi inaugurada a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Lavras, fundada pelo Educador Canísio Ignácio Lunkes, que desde o ano de 2001, é conhecida como Centro Universitário de Lavras – Unilavras, sendo destacada na região por ter ótimas metodologias de ensino, tecnologia e profissionais capacitados. Já no ano de 1989, foi criada a Faculdade Adventista de Minas Gerais – FADMINAS e, em 1990, foi implantada a Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON

(PERNAMBUCO, 2018). Para tanto é perceptível que a educação é predominante no município, tudo isso impacta na economia e finanças da cidade, gerando o crescimento socioeconômico de Lavras.

Diante do contexto apresentado, a cidade foi construída apresentando tanto edificações e monumentos de diversos estilos arquitetônicos, desde o colonial até o protomoderno, assim como a partir das tradições de seus habitantes, de forma que este conjunto de elementos corresponde ao que pode-se denominar de patrimônio cultural da cidade, formado tanto por elementos materiais quanto imateriais (MESSIAS et al., 2020).

Para tanto, apresenta-se, a seguir, alguns dos patrimônios culturais da cidade, em ordem cronológica de reconhecimento e registro.

A principal edificação da cidade é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Imagem 1), localizada na Praça Dr. Augusto Silva, sendo a construção mais antiga da cidade de Lavras. Desse modo, o nome original da igreja era

[...] capela de Sant'Ana, quando de sua edificação, entre 1751 e 1754. Ela foi elevada à condição de igreja Matriz em 1760, após a transferência da sede paroquial que até então ficava em Carrancas. No início do Século XIX foi construída uma igreja em homenagem à Nossa Senhora do Rosário que ficava onde hoje é o alto da Praça Leonardo Venerando. Esta edificação foi demolida em 1904, quando se iniciava a construção da nova Matriz. Em 1917 esta foi inaugurada, havendo assim a troca de nomes: a velha Matriz passa a ser a igreja do Rosário. Desde 1783, um dos cômodos da igreja era usado como escola de Primeiras Letras. Além disso, havia um cemitério nos arredores da igreja, utilizado até 1853, quando foi criado o cemitério de São Miguel. No Século XX, a partir dos anos 1930, a igreja foi aos poucos perdendo destaque e ficando abandonada (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021, p. 21).

Entretanto, no ano de 1944, como o prédio está localizado no centro comercial da cidade, o templo colonial esteve perto de ser demolido por empresários que desejavam o espaço, para a construção de um novo empreendimento, para tanto, por meio de esforços da população local, a igreja Nossa Senhora do Rosário foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1948, e também nos primórdios do ano de 2002, foi tombada como Patrimônio Municipal de Lavras (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021).

Imagem 1 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Localizada na Rua Santana, nº 111, no centro de Lavras, foi construída a Casa da Cultura (Imagem 2), por volta de 1849, pelo capitão Silvestre Alves de Azevedo, que foi presidente da câmara municipal daquela época (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). No ano de 1907, seus familiares venderam a casa ao poder público, tornando o Fórum da Comarca de lavras, e ao longo dos anos o edifícios passou por agência de correios, prefeitura municipal, biblioteca pública e em 1984, passou a ser Casa da Cultura “ Silvio de Amaral Bi Moreira” (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021).. Assim, o prédio recebeu algumas reformas e hoje em dia está situada a Secretaria Municipal de Conselho de Cultura, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras, desse modo, em 1º de março de 2002, o Prédio da Casa da Cultura foi tombado por instância municipal, de acordo com o Decreto Municipal n. 3.933 (IEPHA/MG, 2021).

Imagem 2 – Casa da Cultura



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Um grande marco dentro dos patrimônios culturais de Lavras, é a Estação Ferroviária Costa Pinto (Imagem 3), localizada na Rua Gustavo Pena, no centro da cidade. A Estação abrange todo o contexto ferroviário que inclui a antiga estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), aberta em 1880, ligando o sul ao oeste de Minas Gerais, sendo assim, a Estação Costa Pinto foi inaugurada no dia 1º de setembro de 1926 (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). A estação foi tombada pelo governo municipal no ano de 2006, de acordo com o Decreto municipal n. 6.678 (IEPHA/MG, 2021) Atualmente o espaço abriga o Teatro Municipal “João Pereira de Carvalho”.

Imagem 3 – Estação Costa Pinto



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Outra edificação que deve ser ressaltada é a Escola Municipal Álvaro Botelho (Imagem 4), que está localizada na Praça. Dr. Jorge, nº 130, no centro da cidade de Lavras, sendo o segundo grupo escolar da cidade, inaugurado no dia 23 de maio de 1933 (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). De acordo com (IEPHA/MG, 2021) o deslumbrante edifício Escolar Álvaro Botelho foi tombado pelo município no ano de 2006, pelo decreto n. 6671.

Imagem 4 – Escola Municipal Álvaro Botelho



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

A Praça Dr. José Esteves (Imagem 5) é de suma importância para o município lavrense, pois possui todo o contexto patrimonial urbanístico, também carrega a história da ferrovia e por estar ao lado da antiga Estação Ferroviária de Lavras, inaugurada no ano de 1895 (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). Localizada no Bairro Esplanada, na zona norte da cidade, foi inaugurada a praça em fevereiro de 1931, e mais adiante, no ano de 1939 a praça recebeu o nome em homenagem ao Dr. José Esteves (1855-1904) (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). Com o decorrer do tempo, devido da desativação do transporte ferroviário de passageiros no ano de 1996, a praça Dr. José Esteves, perdeu sua funcionalidade de local de lazer e socialização (LUZ; PAIVA; ALVES, 2017).

Imagem 5 – Praça Dr. José Esteves



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Após o ocorrido, foi instalado na praça, no ano de 1997, a locomotiva Baldwin 233 (Imagem 6), tornando-se ponto turístico local. Assim, de acordo com o Decreto municipal n. 9.702, de 19 de junho de 2012, a Praça Dr. José Esteves e a Locomotiva Baldwin 233 foram tombadas.

Imagem 6 – Locomotiva Baldwin 233



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Foram inaugurados em Lavras, no dia 2 de março de 1917, porém seus serviços só começaram em 1920, as oficinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), que tinham como funcionalidade construir e reparar os carros de passageiros de madeira, diferentemente das situadas em outras da cidade da região, como Ribeirão Vermelho, em que eram voltadas para montagem, reparação e manutenção de locomotivas (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). Desse modo, de acordo com o Decreto Municipal n. 6.678, no dia 5 de abril de 2006, os Galpões da Antiga Rede Ferroviária (Imagem 7) foram tombados pelo Município.

Imagem 7 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Considerando este último Patrimônio e sua importância para o crescimento e história da cidade de Lavras, no próximo subtópico serão abordados alguns aspectos acerca do patrimônio ferroviário, uma vez que os Galpões da Antiga Rede Ferroviária serão locais de estudo deste portfólio.

1.5 Patrimônio Ferroviário

Historicamente, a construção de ferrovias, e toda estrutura necessária, aponta detalhes políticos e econômicos que fizeram da ferrovia, quase invariavelmente, um instrumento importante para a modernização das economias agroexportadoras da América Latina (ALLIS, 2006; FALCOSKI; FALCOSKI, 2010; NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011).

“Na década de 1960, teve início o processo de estagnação do modal ferroviário, quando o governo brasileiro decidiu priorizar o transporte rodoviário

que, embora fosse mais oneroso em longo prazo, exigia investimentos iniciais menores” (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011, p. 2). Com isso,

Com diversos ramais deficitários, a Rede Ferroviária iniciou um programa de erradicação de ramais antieconômicos, ocasionando uma eliminação de linhas durante essa década. As estações, em sua maioria, foram fechadas por não serem necessárias à operação ferroviária do transporte de cargas. Esse fato gerou um processo de deterioração dos prédios, que, abandonados, passaram a ser depredados e pilhados, o que representa uma séria e constante ameaça ao desaparecimento de importantes exemplares do patrimônio ferroviário (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011, p. 3).

Apenas para se ter uma ideia da importância e do gigantismo da malha ferroviária brasileira, os dados preliminares do inventário da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), criada em 1957 a partir da consolidação de 18 ferrovias regionais e extinta em 2007, apresentados ao IPHAN, ainda em 2007

[...] afirmavam que esse universo é composto por 52.000 bens imóveis, 15.000 bens classificados pela RFFSA como históricos, 31.400 metros lineares de acervo documental, 118.000 desenhos técnicos, 74.000 itens bibliográficos, e um incalculável número de bens móveis espalhados nos escritórios regionais da RFFSA, em almoxarifados, depósitos e pátios (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011, p. 4).

Neste âmbito, tem-se a importância da preservação do patrimônio ferroviário, em que se tem buscado a coerência a partir das particularidades inerentes às diversas etapas do modo de produção, às referências sócio culturais de cada região onde se insere e à escala que detém e a diversidade apresentada (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011). Enfatiza-se que o patrimônio ferroviário é a parte do patrimônio cultural e está inclusa na categoria de patrimônio industrial (ALLIS, 2006; MOURA, 2020). Tem-se assim que:

Os bens ferroviários entendidos como patrimônio ferroviário podem ser os bens móveis (os vagões, locomotivas e os equipamentos em geral), os bens imóveis (as estações de passageiros, os edifícios ligados a infraestrutura da ferrovia, pontes e viadutos) e os bens intangíveis (o saber fazer dos trabalhadores ferroviários, a memória da população que viveu durante o auge das estradas de ferro, costumes e tradições causadas pela vivência na ferrovia) (CASTRO; MONASTIRSKY, 2013, p. 3).

Dado a representatividade que tais bens possuem em âmbito local e/ou regional, assim como a forte presença na memória e no imaginário da sociedade (NETO; CARNEIRO; GIANNECCHINI, 2011), destaca-se a importância e a necessidade de se estudar e propor intervenções nos Antigos Galpões Ferroviários de Lavras – MG.

CAPÍTULO II – ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso oferecem uma gama de visões importantes para o entendimento e desenvolvimento de um determinado projeto. As análises funcionais dos projetos em estudo, mostram as soluções de plantas, programa de necessidades, materiais empregados, técnicas construtivas e a importância da obra em relação ao espaço em que a insere.

Assim, para entender sobre o funcionamento de Espaços Culturais, foram analisados três grandes projetos nacionais, essenciais para o desenvolvimento da proposta. Primeiro será apresentado o estudo de caso do Centro Cultural Leny de Oliveira Zurita, localizado na Cidade de Araras- SP, fruto da requalificação de um galpão ferroviário. Em seguida será estudado o caso da Praça das Artes, na cidade de São Paulo – SP, um complexo cultural originado a partir de uma intervenção realizada no centro de São Paulo. Por fim, no terceiro caso, será apresentado o caso do Teatro Erotídes de Campos, situado na cidade de Piracicaba – SP, correspondente a intervenções realizadas em antigos edifícios do extinto engenho de açúcar da cidade.

2.1 Centro Cultural Leny de Oliveira Zurita em Araras- SP

O projeto foi vencedor do concurso de Recuperação da Histórica Estação Ferroviária de Araras, em 2004, promovido pela Associação de Cultura e Artes de Araras, sendo realizado pelo escritório AUM Arquitetos, por meio dos arquitetos Bruno Bonesso Vitorino, André Dias Dantas, André Maia Luque, Fernando Botton e Renato Dala Marta (PORTAL VITRUVIUS, 2011).

O Centro Cultural Leny de Oliveira Zurita está situado na cidade de Araras, no interior do estado de São Paulo, mais especificamente entre a rua Ângelo Franzini e a rua Michelin, do bairro Parque Cidade Jardim (GOOGLE EARTH, 2021). O Terreno consta com uma área construída de 3.200,00 m² num terreno de 17.700,00 m², e está localizado ao lado da fábrica da empresa Nestlé, como evidenciado na Figura 2.

Figura 2 – Localização da estação ferroviária no mapa



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

A Imagem 8 demonstra o pátio ferroviário de Araras no ano de 1960, margeado dele encontra-se a empresa Nestlé, que foi a responsável pelo financiamento do projeto do atual Centro Cultural (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2020).

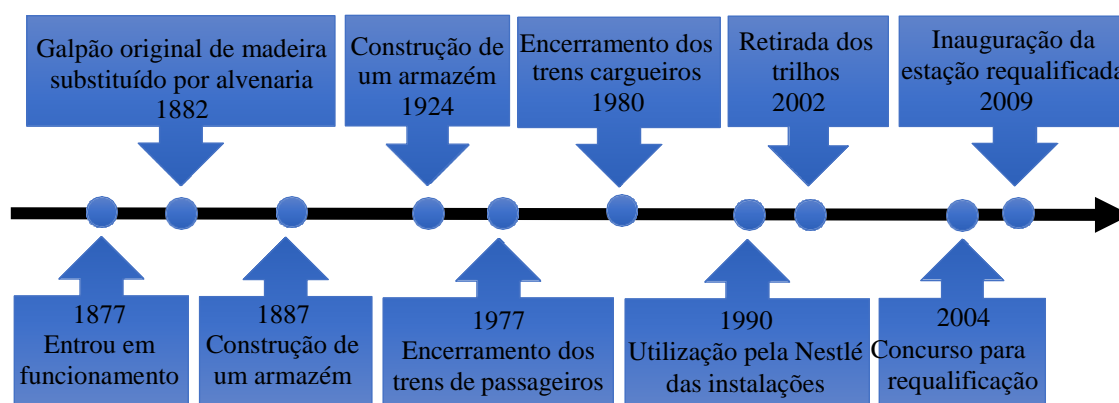
Imagem 8 – Fábrica da Nestlé e o pátio ferroviário de Araras



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil (2020).

Historicamente, as ferrovias foram essenciais para o crescimento de diversas cidades, como o caso de Araras no centro-oeste de São Paulo. Como pode ser visto na Figura 3, a estação de Araras entrou em funcionamento em 1877, sendo pertencente à Companhia Paulista de Estrada de Ferro e integrava um ramal da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), construída entre uma via pública e uma fábrica da Nestlé. A estação ganhou maior importância com a rápida expansão da malha ferroviária como um dos principais meios de transporte da época em que foi criada, fazendo com que a estação de Araras passasse por diversas modificações e melhorias ao longo do tempo (SOBREIRA, 2021).

Figura 3 – Linha do tempo da estação de Araras



Fonte: Elaborado pelo autor.

A estação funcionou com suas atividades originais até o final dos anos 80, quando foi fechada, devido à desativação do transporte ferroviário e do declínio da utilização de trens de carga (PORTAL VITRUVIUS, 2011). Com isso o espaço foi abandonado e deteriorado ao decorrer do tempo, sendo utilizado posteriormente para receber óleo combustível até 1990 pela fábrica da Nestlé, que existia ao lado da estação, evidenciado na Imagem 9 (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2020).

Imagem 9 – Abandono da estação ferroviária de Araras



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil (2020).

As intervenções realizadas no conjunto ferroviário de Araras tiveram como principal função o resgate e a valorização das características históricas do local, sendo, para isto, utilizado a prática do restauro de elementos construtivos aliado à introdução de novos atributos atrelados à mudança de uso (PORTAL VITRUVIUS, 2011). Com isso, enfatiza-se que o partido arquitetônico foi baseado no restauro das construções originais, na criação de uma nova estrutura que completasse o espaço necessário e na expansão da cobertura antiga já existente, fazendo com que o projeto apresentasse claramente tanto a valorização de características históricas quanto a identificação de novos elementos, utilizando para isto estruturas em aço corten (SOBREIRA, 2021).

Desse modo o partido e o conceito arquitetônico estão atrelados ao programa de necessidades, pois a principal proposta do projeto era manter as características históricas do local, mas também adicionando novas edificações e ambientes, contemplando e modernizando a estação ferroviária. Assim, o programa de necessidades identificou a necessidade de se incluir no projeto, conforme exposto na implantação, na Figura 4, um edifício administrativo

juntamente com uma loja, uma marquise para apresentações externas, um edifício de exposições, um auditório, edifício de serviços, praça, biblioteca/exposições (não construído), espelho d'água (não construído), estacionamento (PORTAL VITRUVIUS, 2011).

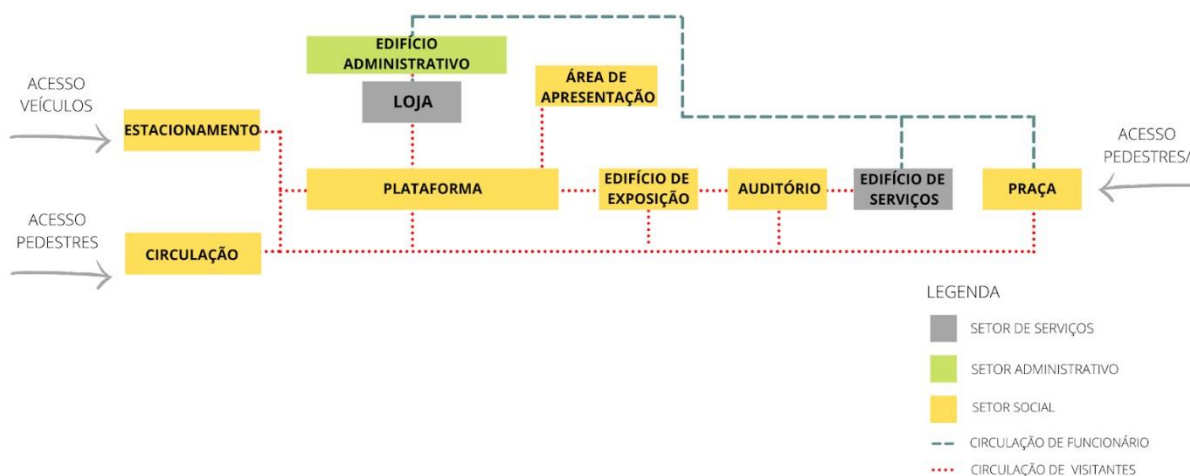
Figura 4 – Planta Baixa / Implantação



Fonte: Portal Vitruvius (2011). Adaptado pelo autor.

Ao analisar a implantação proposta no projeto de intervenção da Antiga Estação Ferroviária de Araras, foi desenvolvido um fluxograma juntamente com a setorização, evidenciado pela Figura 5, assim, foi possível observar que a planta apresenta dois principais acessos, sendo de veículos para o estacionamento e acesso de pedestres, para visitantes e funcionários. Outro ponto verificado, são as entradas de pedestres, onde ambos os lados têm o acesso, e também é perceptível que a plataforma da antiga estação, que foi ampliada, percorre por todos os espaços, possibilitando o acesso a sala de exposições, auditório, loja e área de apresentação.

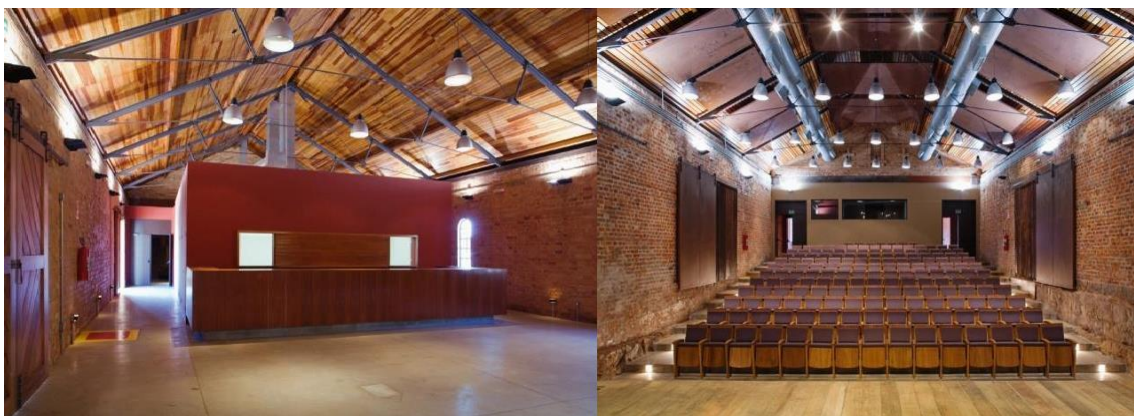
Figura 5 – Fluxograma e setorização



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os armazéns que antigamente tinham o propósito de armazenamentos de materiais e mercadorias da ferrovia, hoje acomodam um centro cultural. O edifício mais novo, construído entre os outros, contém um pé direito de 4,8 metros de altura e constitui o principal salão de exposições, enquanto que o auditório foi construído no local do antigo porão, já que o local havia uma altura suficiente e oportuna para abrigá-lo (Imagem 10) (SOBREIRA, 2021).

Imagem 10 – Salão de exposição e Auditório



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

Como explícito na Imagem 11, é perceptível que no projeto de intervenção foi mantida a cobertura da plataforma da antiga estação, porém foi construída uma marquise de concreto como forma de extensão, de modo que essa estrutura

de conexão valorizassem a história do local e que também tornassem um ambiente de abrigo que ligam os principais espaços dentro do projeto. De acordo com Sobreira, 2021, a plataforma de embarque e desembarque da antiga estação, denominada como “gare”, tem um comprimento de aproximadamente 102 metros, e devido a deterioração da estrutura de ferro fundido, e também das estruturas de madeiras, foi pensado pelos projetistas, a elaboração de um novo molde, substituindo-os, na sequência, como forma de valorizar essas estruturas, foi implementado um projeto de iluminação específicas no piso (SOBREIRA, 2021).

Imagem 11 – Plataforma da estação



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

O edifício em que se localiza o setor administrativo do centro cultural (Imagem 12), foi totalmente reformado, onde os arquitetos propuseram a suspensão do antigo forro de madeira, permitindo com que fosse exposto as tesouras metálicas, que antes estavam cobertas, de modo que, ampliaram o pé direito, melhorando a sensação de estar no ambiente. Todos os caixilhos originais tiveram que ser substituídos por novos, onde foi empregado uma nova estrutura de caixilharia fabricadas de aço, com características moderna/contemporânea, respeitando visualmente os traços originais (PORTAL VITRUVIUS, 2011).

Imagem 12 – Edifício Administrativo



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

A intervenção no prédio onde está situado o salão de exposições, foi completa, pois é perceptível na Imagem 13, que o propósito dos arquitetos era destacar a estrutura do telhado, principalmente deixar as grandes tesouras de madeiras evidentes, tornando-se suporte para instalações de ar condicionados e elétricas, como os trilhos móveis. Vale ressaltar, que a estrutura do telhado aparente, traz a sensação de pertencimento e memória afetiva do local (PORTAL VITRUVIUS, 2011). Em relação às esquadrias, o edifício recebeu novas portas em madeira, janelas, e também vidros fixos e temperados mantendo sempre as características originais da antiga estação ferroviária.

Imagem 13 – Salão de Exposições



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

Na Imagem 14 observa-se a partição entre o reboco da antiga estação e o novo, feito após o projeto de intervenção. Essa etapa teve certa dificuldade,

uma vez que a construção em tijolos aparentes estava deteriorada por falta de manutenção e conservação, assim, foi usado recursos para resolver esse problema, reusando os tijolos do antigo baldrame, na reconstrução das paredes, e também para recuperar os tijolos que estavam poucos danificados, foi desenvolvido um processo na mistura de argamassa, cimento e pó de tijolos (SOBREIRA, 2021). Adiante, todos os tijolos receberam uma camada de hidrofugante de siloxano, com o propósito de manter as características originais do mesmo (PORTAL VITRUVIUS, 2011).

Imagem 14 – Fachada externa



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

Em meio às edificações do espaço, a casa do chefe da antiga estação ferroviária de Araras era a que estava em melhores condições de conservação, e o principal objetivo dos projetistas era manter todas as características originais das fachadas desta casa, onde hoje funciona como edifício de serviços (Imagem 15).

Imagem 15 – Fachada externa do edifício de serviço



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013)

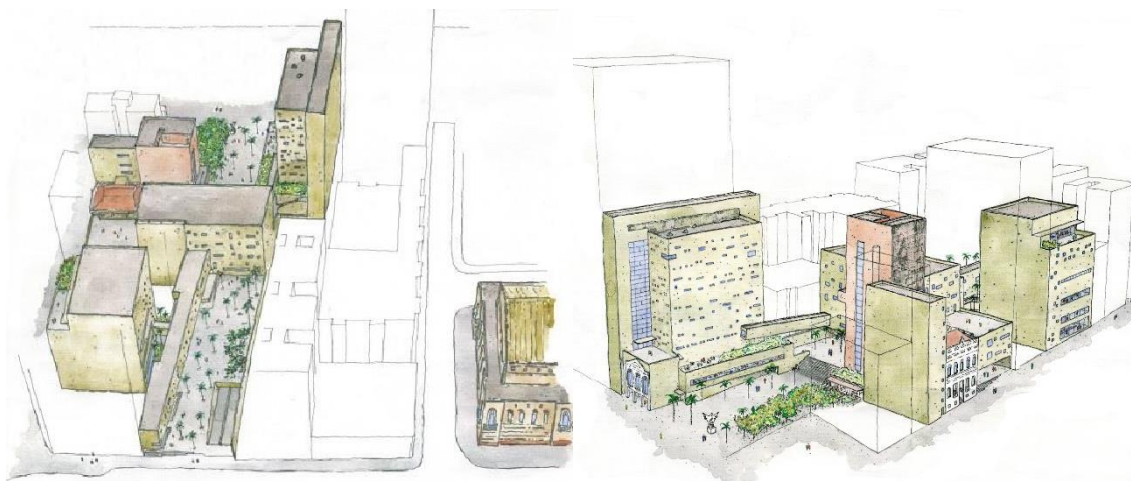
Ao concluir este estudo, foi possível perceber que este projeto agrega bastante na minha proposta, por ser uma edificação ferroviária requalificada. O reuso e a restauração inteligente dos espaços propostos na edificação, como a sala de exposição, a sala de apresentações e o auditório, me chamou atenção e poderá me ajudar no desenvolvimento do projeto.

A seguir será analisado o segundo estudo de caso localizado na Cidade de São Paulo, a Praça das Artes.

2.2 Praça das Artes em São Paulo – SP

O projeto da Praça das Artes, em São Paulo, foi o ganhador o prêmio APCA 2012 na categoria de “Obra de arquitetura”, em que na Figura 6 pode ser visualizado alguns croquis (GUERRA, 2012). A Praça das Artes constitui um projeto de um espaço cultural ligado à música e à dança, juntamente com a proposta de um espaço físico capaz de proporcionar a convivência entre as pessoas e a vizinhança, composto por vários lotes interligados no centro de São Paulo (PORTAL VITRUVIUS, 2013). Com isto, identifica-se que uma das principais características do complexo é a capacidade de surpreender as pessoas, tanto por corresponder a uma instalação cultural quanto por promover a requalificação do centro de São Paulo (MELLO, 2014).

Figura 6 – Croquis da Praça das Artes



Fonte: Brasil Arquitetura no Portal Vitruvius (2013).

O projeto Praça das Artes, correspondente a uma área de 28.500 m², teve início em 2006 com finalização em 2012, custando um total de 136 milhões de reais (PORTAL VITRUVIUS, 2013). Localizado entre a Rua Formosa, Avenida São João e Rua Conselheiro Crispiniano, o projeto possui autoria de Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz e Luciana Dornellas da empresa Brasil Arquitetura e de Marcos Cartum da Secretaria Municipal de Cultura (GUERRA, 2012). Na Figura 7 é apresentada o mapa da área.

Figura 7 – Localização do complexo no mapa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para isto, o projeto é constituído a partir de um prédio principal, construído de concreto aparente e pigmentado na cor ocre, que busca criar um novo diálogo com a sociedade ao redor e com os edifícios históricos que ali existem e integram o conjunto, como o Conservatório Dramático e Musical e a fachada do Cine Cairo, evidenciado na Imagem 16 (GUERRA, 2012).

Imagem 16 – Edifício novo e Cine Cairo



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013).

Enfatiza-se que o Cine Cairo, na Rua Formosa, foi extinto, de modo que no seu lugar foi construído uma nova edificação, apenas mantendo a integridade da fachada frontal, destinada para novas atribuições aos Corpos Artísticos, enquanto que o antigo Conservatório Dramático e Musical (Imagem 17), na Avenida São João, foi restaurado e destino também para novos usos, como galeria de exposições do Teatro Municipal e uma Sala de Concertos (PORTAL VITRUVIUS, 2013).

Imagem 17 – Edifício novo e o Conservatório



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013).

O novo edifício construído (Imagem 18) possui um pé-direito livre, como forma de deixar o pavimento térreo livre para a circulação de pedestres, que podem cruzar o quarteirão em três direções, tanto protegidos por marquises ou à céu aberto.

Imagem 18 – Travessa das Artes (parte aberta e fechada)



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013).

Um dos pontos principais desta nova construção apresentada acima, foi a possibilidade de promover um reordenamento urbanístico da área, já que a área de circulação é conhecida como “travessa das artes” e corresponde a um

lugar em que são instalados pontos comerciais e de serviço, trazendo para si a movimentação de pessoas existentes na região (PORTAL VITRUVIUS, 2013). Esta travessa, segundo Guerra (2012) é essencial para tornar o espaço mais democrático, uma vez que por apresentar diversas formas de se utilizar o espaço é possível integrar diferentes classes sociais no mesmo local.

Como apresentado na Imagem 19, ao lado do Conservatório Dramático e Musical, edifício histórico, foi construída uma torre também em concreto aparente, aqui na cor vermelha como forma de se destacar do resto das construções, representando o centro geográfico de entrada e saída do público, em que possui como propósito integrar e articular todos os departamentos e setores instalados no conjunto, como escritórios administrativos, escadas e elevadores, halls de chegada e de distribuição, sanitários, vestiários e shafts de instalações.

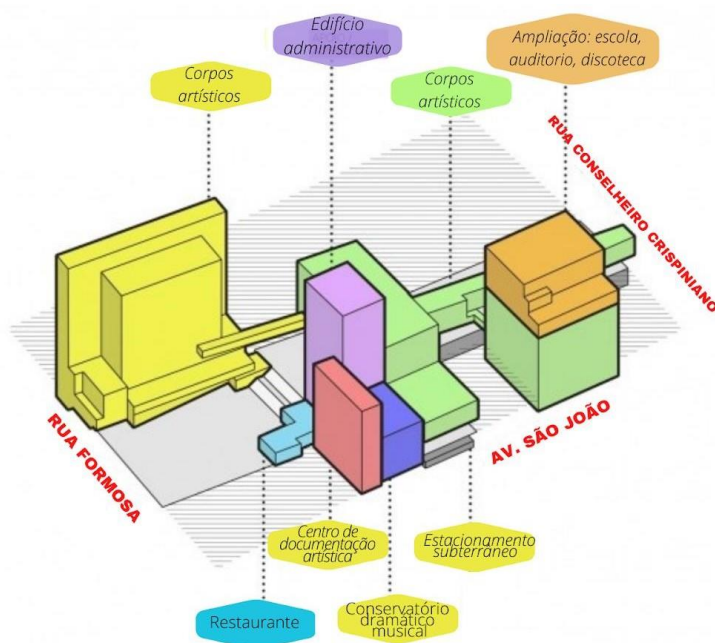
Imagem 19 – Torre de integração do conjunto



Fonte: Nelson Kon no Portal Vitruvius (2013).

Como enfatizado, o projeto foi idealizado para abrigar várias atividades musicais e de dança, como : as orquestras Sinfônica Municipal e Experimental de Repertório, os corais Lírico e Paulistano, o Quarteto Municipal de Cordas, a Escola Municipal de Música e a Sala de Concertos do antigo Conservatório Dramático e Musical, o Balé da Cidade e a Escola de Bailado, assim como também possui a capacidade de integrar um programa complementar diversificado, formado pela Discoteca Oneyda Alvarenga, centro de documentação, galeria de exposições, áreas administrativas, de convivência, restaurantes, cafés e estacionamento em dois níveis de subsolo (GUERRA, 2012; PORTAL VITRUVIUS, 2013), como pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Esquema programático

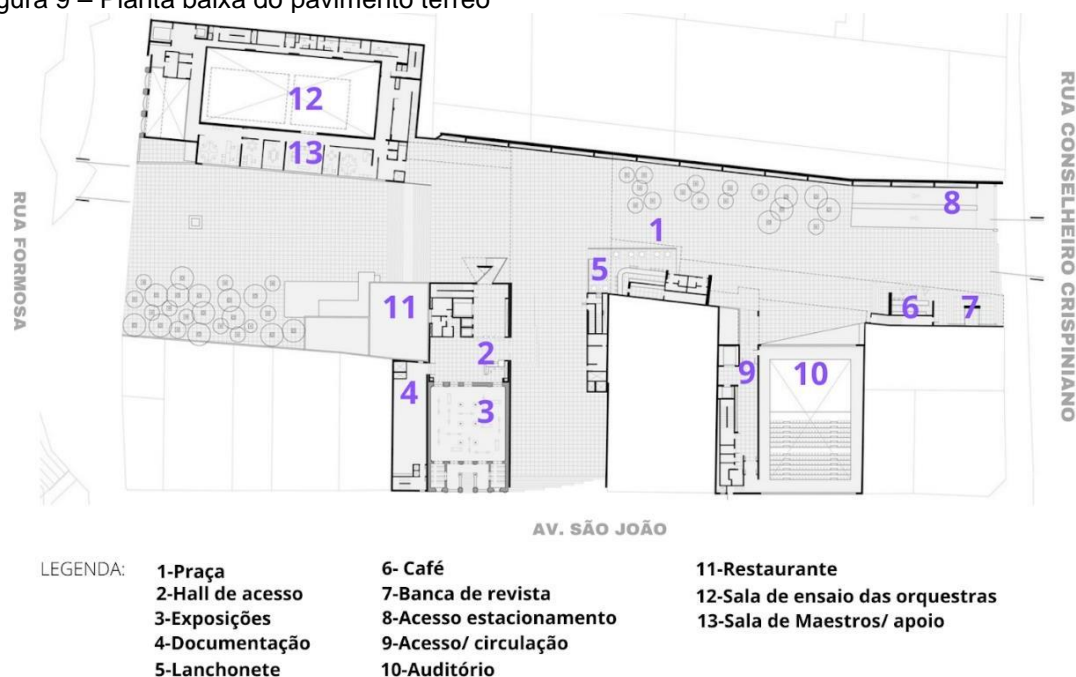


Fonte: Portal Vitruvius (2013). Adaptado pelo autor.

Ao analisar o esquema programático acima, é perceptível que a Praça das Artes tem sua construção em grande escala, onde os edifícios interligados, tornam-se um grande centro cultural. Com isso, como forma de análise, será apresentado plantas de dois pavimentos, que são essenciais para o desenvolvimento do projeto. Pode-se perceber na Figura 9, a principal planta da

edificação, o pavimento térreo, uma vez que tem sua funcionalidade de dar acesso aos demais pavimentos existentes no projeto, e também ligar as principais ruas existentes ao redor da edificação. A praça é o principal ponto, que dá acesso para todos os ambientes, sendo eles: salas de exposições, banca de revista, auditório, café, lanchonete, restaurante, sala de ensaio das orquestras, estacionamento e sala de maestros.

Figura 9 – Planta baixa do pavimento térreo



Fonte: Brasil Arquitetura no Portal Vitruvius (2013). Adaptado pelo autor.

O acesso ao primeiro pavimento do centro cultural pode ser feito tanto pelas escadas quanto pelos elevadores. É evidenciado na Figura 10 o primeiro pavimento da edificação, considerado um dos principais andares, que contém ligações entre os prédios e proporciona a caminhabilidade e a acessibilidade para todos que transitam por ali. Ao analisar a edificação, pode-se perceber que o hall de acesso interliga a sala de concerto, administração das escolas e área de documentação. Já as salas de danças são acessadas pelo terraço, que consequentemente dá acesso ao restaurante, que conectam a sala de camarins da orquestra e ao café.

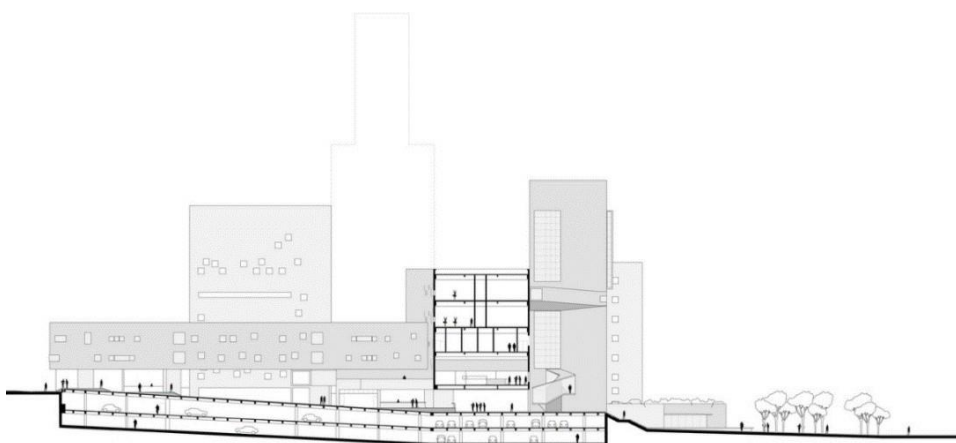
Figura 10 – Planta baixa do primeiro pavimento



Fonte: Brasil Arquitetura no Portal Vitruvius (2013). Adaptado pelo autor.

Conforme o corte esquemático apresentado na Figura 11, é notório como a edificação está implantada no terreno e as soluções que os arquitetos tiveram para o aproveitamento máximo do complexo. Percebe-se que o estacionamento foi locado no subsolo, contendo dois pavimentos, já o térreo da edificação está disposto em uma área aberta, protegida por marquises de concreto, tendo em função como área de passagem, permanência e ponto de acesso para os outros pavimentos.

Figura 11 – Corte esquemático



Fonte: Brasil Arquitetura no Portal Vitruvius (2013).

Finalizando o estudo sobre a Praça das Artes de São Paulo, foi possível analisar que o projeto tem a capacidade de integrar o interno com o externo e também a uma área de transição no pavimento térreo, que traz a sensação de pertencimento e caminhabilidade daquela área. Esses pontos foram essenciais para meu entendimento e desenvolvimento do meu projeto.

A seguir será analisado o terceiro estudo de caso localizado na Cidade de Piracicaba-São Paulo, o Teatro Erotídes de Campos.

2.3 Teatro Erotídes de Campos em Piracicaba – SP

O Teatro Municipal Erotídes de Campos, demonstrado na Imagem 20 e Imagem 21, também conhecido como Teatro do Engenho, foi fundado em março de 2012 e recebeu tal denominação por referência ao compositor, poeta, melodista e personalidade Erotídes Campos, que influenciou a produção cultural nacional e internacional, segundo a Secretaria Municipal da Ação Cultural e do Turismo de Piracicaba (SEMACTUR, s.d.). Ainda segundo SEMACTUR (2012) o Teatro é originado a partir da evolução urbana de Piracicaba, uma vez que foi desenvolvido com base em invenções realizadas em antigos edifícios do engenho de açúcar de Piracicaba

Imagem 20 – Foto da fachada do Teatro



Fonte: SEMACTUR (2012).

Imagem 21 – Parte externa do Teatro Erótides de Campos



Fonte: Nelson Kon para o Brasil Arquitetura (2012).

O Teatro está situado em uma área com mais de 85.000 m², num parque tombado (Decreto Municipal 5.036 de 11 de agosto de 1989) denominado Engenho Central (Imagem 22), que fica à direita do Rio Piracicaba e possui um conjunto de prédios históricos construídos entre os séculos XIX e XX e abrigavam moendas, caldeirões e galpões destinados para se produzir e guardar tanto açúcar quanto álcool (SEMACTUR, 2012).

Imagem 22 – Vista aérea do Engenho central



Fonte: SEMACTUR (2012).

Característico da época, as edificações que ali existem são avermelhadas em tijolo aparente e possuem a integridade de quando foram desativadas, apesar de terem recebido diversas intervenções ao longo do tempo, de forma que diversas perdas ocorreram, assim como características novas foram incorporadas (BRASIL ARQUITETURA, 2012).

Ainda, o Engenho Central constitui um importante complexo artístico cultural, uma vez que recebe todos os anos eventos relevantes como o Salão Internacional de Humor de Piracicaba, Virada Cultural Paulista, Paixão de Cristo, entre outros (Imagem 23), assim como, desde 2012, também passou a abrigar o Teatro Municipal Erotídes de Campos, dotado de relevante estrutura cênica a partir da recuperação e revitalização de um dos galpões que ali existiam, com um custo total R\$ 27 milhões referente à aquisição do Engenho Central, tornando-o público.

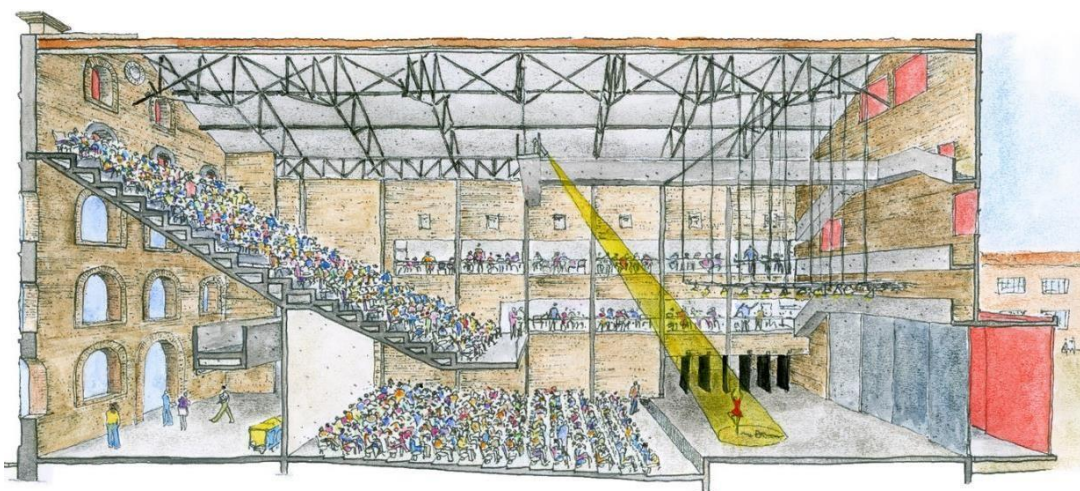
Imagem 23 – Eventos realizados no parque do engenho



Fonte: SEMACTUR (2012).

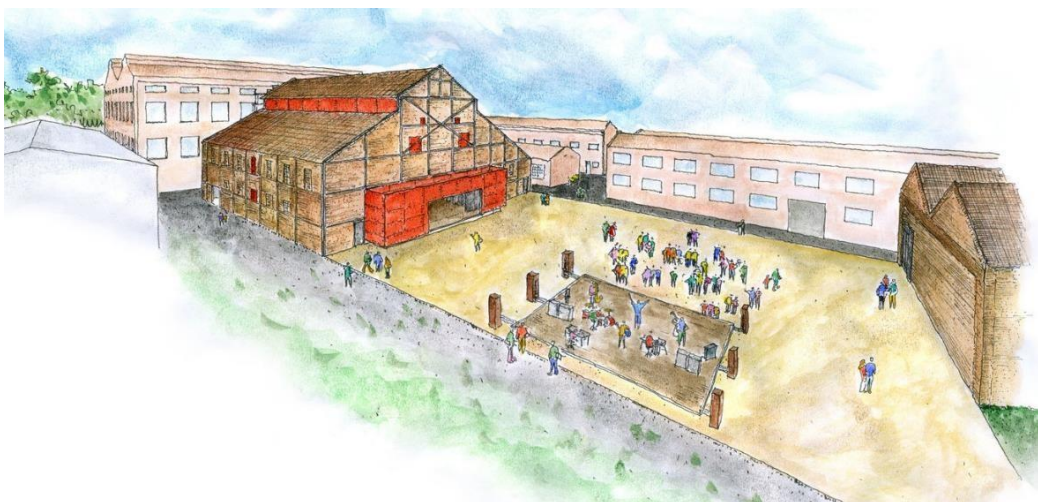
Assim, em 2012 foi implantado o Teatro Erótides de Campos no Engenho Central, projeto desenvolvido e implementado pelo escritório Brasil Arquitetura. O projeto, que teve início em 2009, foi de autoria de Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz e Gabriel Grinspum e ganhou o Prêmio Antônio Luiz Dias de Andrade (Janjão), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2012, na categoria de patrimônio histórico – restauro e requalificação (BRASIL ARQUITETURA, 2012). Os croquis internos e externos desenvolvidos pela Brasil Arquitetura podem ser visualizados nas Figura 12 e Figura 13.

Figura 12 – Croqui da parte interna do Teatro Erótides de Campos



Fonte: Brasil Arquitetura (2012).

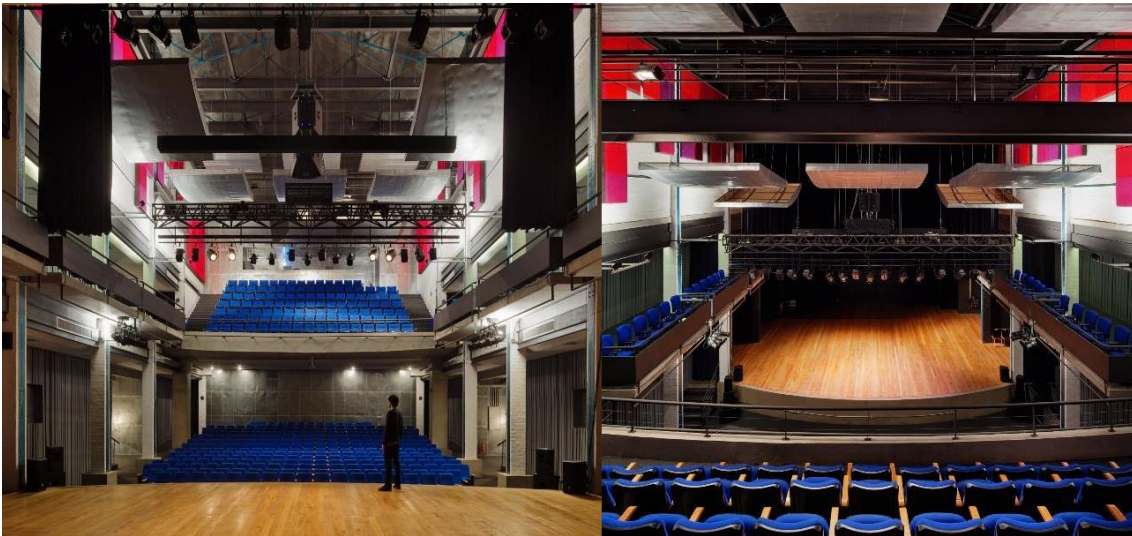
Figura 13 – Croqui da parte externa do Teatro Erótides de Campos



Fonte: Brasil Arquitetura (2012).

Segundo o escritório, em 2002 iniciou-se o desenvolvimento de um projeto juntamente com colaboradores da cidade de Piracicaba como forma de requalificar um dos mais belos e antigos dos galpões que existem do Engenho Central, com o propósito de orientar as futuras intervenções que ocorressem no local. Deste modo, projetou-se o Teatro do Engenho Central a partir de uma arquitetura que corroborou para que o vazio que ali existia se transformasse em hall público, salas acústicas e equipadas, palco, assentos para plateia, galerias, bar e restaurante, salas para ensaio, camarins, salas técnicas, entre outras necessidades de um teatro (BRASIL ARQUITETURA, 2012). Na Imagem 24 pode ser visualizado as visões do palco e da arquibancada superior, respectivamente.

Imagem 24 – Visão do palco e da plateia superior, respectivamente



Fonte: Nelson Kon para o Brasil Arquitetura (2012).

Enfatiza-se que uma das modificações mais interessantes implementadas pelo projeto corresponde a um palco expandido em dupla face, que, como é observado na Imagem 25, pode ser integrado com a área externa a partir da abertura do de uma estrutura criada, sendo uma importante forma de fomento e apoio para as festas ao ar livre. Assim, segundo a Brasil Arquitetura (2012), a requalificação proposta foi essencial para preservar a memória da época em que os galpões foram construídos, principalmente a partir de características mantidas no projeto, como nas dimensões industriais do seu pé-direito, no grande vão

central e nos materiais utilizados na construção (tijolos, telhas, vigas de ferro e concreto), que foram mantidos para empregar novos usos por meio de um espaço cultural modernizado, com equipamentos técnicos e a inserção de novos complementos construtivos na edificação, como uma escada e uma parte que se abre e integra o interior com o externo.

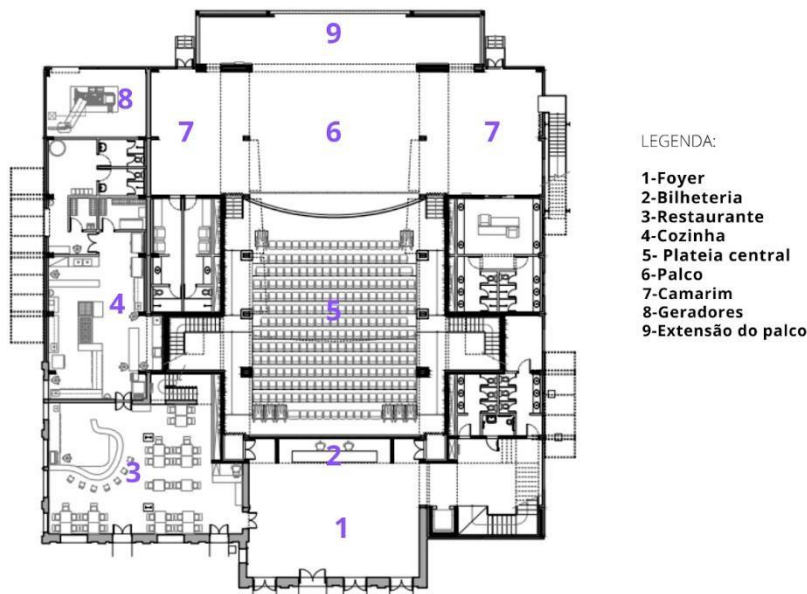
Imagem 25 – Palco integrado com a área externa



Fonte: Nelson Kon para o Brasil Arquitetura (2012).

Ao analisar a planta baixa do pavimento térreo, evidenciada na Figura 14, percebe-se a grande dimensão do galpão, o que possibilitou a inserção de um projeto de intervenção de aproximadamente 2850 m² de área construída. É perceptível que o acesso principal do teatro, se dá pelo foyer, que consequentemente interligam a bilheteria, restaurante, cozinha, plateia central e às escadas e elevadores que levam para o primeiro pavimento. Já o palco é margeado por dois camarins em ambos os lados, que levam aos banheiros e área técnica.

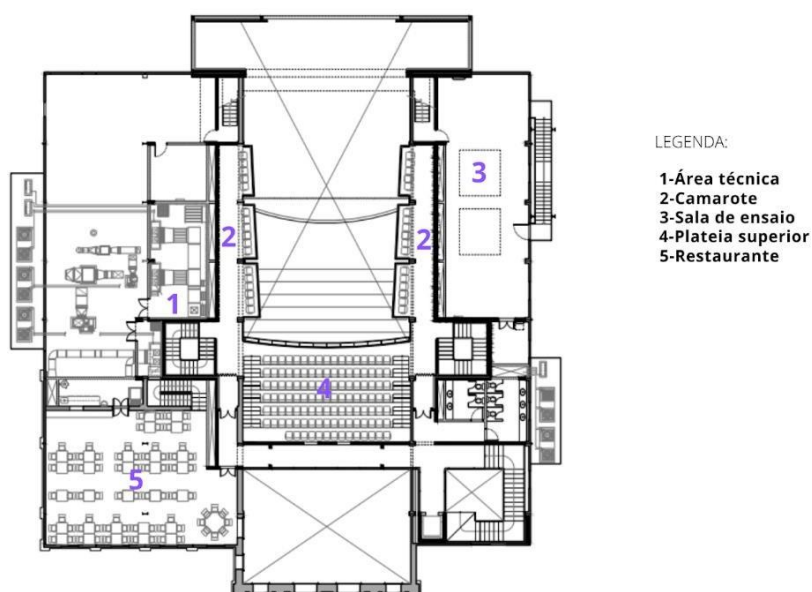
Figura 14 – Planta baixa do pavimento térreo



Fonte: Brasil Arquitetura (2012). Adaptado pelo autor.

É evidenciado no primeiro pavimento do Teatro (Figura 15) que o projeto de intervenção no antigo galpão foi completo, assim, foi criado uma plateia superior, os camarotes e o restaurante, que são acessados pelos elevadores ou pela escada principal. Já a sala de ensaios e a área técnica da edificação tem acessos secundários e restritos, para apenas funcionários e atores.

Figura 15 – Planta baixa do prime pavimento



Fonte: Brasil Arquitetura (2012). Adaptado pelo autor.

Sendo assim, o estudo de caso analisado acima, o Teatro Erotídes de Campos em Piracicaba-SP, foi necessário para o entendimento do espaço do meu projeto, pois nele é evidente que houve projeto de intervenção, em que traz a sensação de reviver a história do local nos ambientes revitalizados. Esses projetos me nortearam para que minha proposta seja mais eficiente e completa.

A seguir será apresentado no Capítulo III, a problemática do trabalho.

CAPÍTULO III – PROBLEMÁTICA

Tem existido um aumento no interesse pelo patrimônio edificado, não apenas pelo valor histórico que possui, mas também por outras razões como o aumento demográfico, a saturação territorial, a complexidade urbana que corrobora em vários problemas político-econômicos (RODRIGUES; DE CAMARGO, 2010). Entretanto, sabe-se que muitos acabam sendo abandonados e entrando em processo de degradação, devido aos altos custos por mantê-los. Segundo Jorge (2000), caso estes edifícios continuem em processo de depreciação, principalmente devido às pressões da modernização das cidades, há a ameaça da demolição total destes edifícios, perdendo todo a representatividade histórico e cultural que possui. Neste âmbito:

O respeito ao patrimônio e o entendimento de seu valor estético, histórico e social preconizam a necessidade de sua preservação, a fim de se evitar perdas e substituições, que descaracterizam as construções (ABREU et al., 2013, p. 481)

Minas Gerais constitui um dos estados brasileiros que possui o maior número de bens tombados, possuindo proteção, entre outros bens, milhares de edificações, tornando as ruas de pequenas cidades mineiras como verdadeiros museus a céu aberto onde as obras de arte se expõem aos olhos de todos (IPHAN, 2014). Especificamente em Lavras-MG, apesar de não ser a cidade mineira que mais possui bens tombados em nível nacional, ainda sim existem bens locais que representam a história local e por isso são tombados municipalmente. Como previsto pela Constituição Federal, os municípios têm a autonomia de promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, já que existe um tipo de bem que possui história local e, por hora, só pode ser entendido como patrimônio cultural municipal (BRASIL, 1988).

Na cidade de Lavras, existem os Galpões da Antiga Rede Ferroviária, que foi inaugurado no ano de 1917 e suas atividades de construir e reparar vagões de trens deram início no ano de 1920 (REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS, 2021). Assim, as oficinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), onde hoje são os Antigos Galpões abandonados, mostrado na Imagem 26, carregam neles rastros históricos deixados pelas antigas gerações, que nos

dias atuais vêm sendo ainda mais esquecidos. Com isso, como forma de enaltecer a memória e a história da cidade de Lavras, os edifícios foram tombados por instância municipal no ano de 2006 (IEPHA/MG, 2021). Este ato, demonstra a importância que os Galpões da Antiga Ferroviária têm para os lavrenses, procurando honrar as lembranças que remetem ao passado.

Imagem 26 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Apesar de entender-se que “Preservar e conservar a ‘imagem da cidade’ como forma de respeito pela história urbana e social, pelo nosso passado, presente e futuro, parece ser um ideal a promover e desenvolver no âmbito da intervenção no património urbano” (MENEZES; TAVARES, 2003, p. 1) o que se verifica é o descaso em muitos casos de prédios antigos, que encontram-se abandonados e em estado de degradação (CASTILHO, 2008; CARDOSO et al., 2017).

O Galpão da antiga rede ferroviária de Lavras (Imagem 27) está fechado há décadas, com isso o edifício encontra-se em péssimas condições, devido ao processo de deterioração do prédio, uma vez que eles foram construídos no início do século XX. A partir dos estudos, é perceptível que os elementos mais comprometidos da edificação são os telhados e as fachadas por estarem expostas a condições climáticas, além da poluição e dos impactos biológicos. Assim sendo, por meio do mapa de danos desenvolvido pelo autor, no Apêndice A, Apêndice B, Apêndice C, Apêndice D é evidente que o espaço abandonado está em estado de calamidade, isso é demonstrado pelas diversas

manifestações patológicas existentes no local, no qual foram ocasionadas devido ao alto índice de fissuras nas paredes, manchas, umidades e decomposição do reboco em algumas áreas.

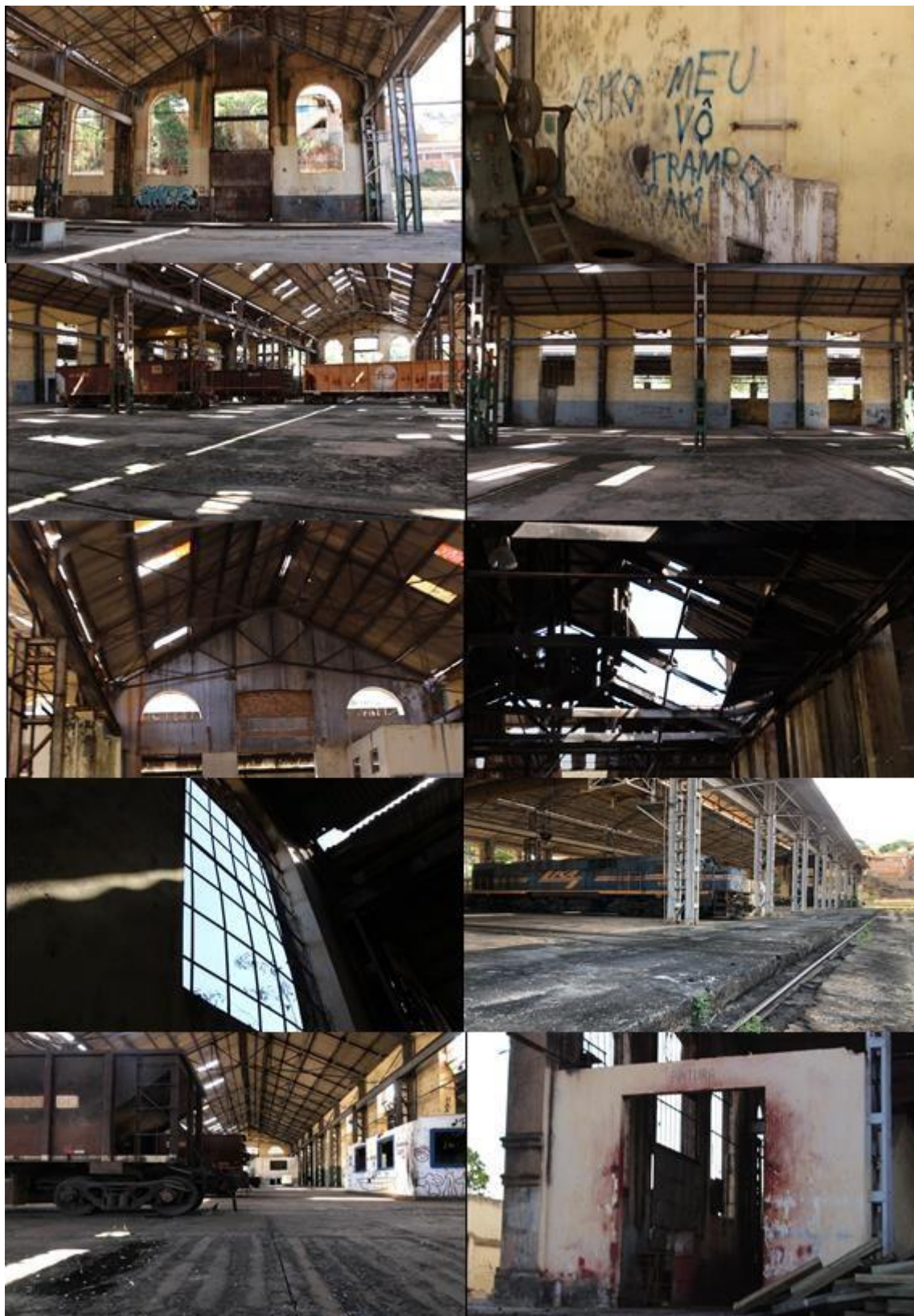
Imagem 27 – Galpões da Antiga Rede Ferroviária



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Além disso, devido os problemas ocasionados nas fechadas, no telhado e a falta de telhas na cobertura, ocasionaram também danos no interior da edificação. Como evidenciado na Imagem 28, percebe-se as grandes fissuras nas paredes internas e no chão, a desagregação de reboco e pinturas, a presença de musgos e fungos ao decorrer do edifício e infiltrações de água das chuvas.

Imagem 28 – Danos internos no Antigo Galpão da Rede Ferroviária



Fonte: Arquivo do Autor (2020).

Silva (2017) enfatiza que mesmo existindo uma tentativa nos últimos anos quanto à ressignificação dos remanescentes do transporte ferroviário, como galpões ferroviários, ainda existe uma dificuldade em atribuir valor cultural a estes locais, principalmente pelos órgãos de preservação. Por sua vez, FALCOSKI e FALCOSKI (2010) enfatizam que identificar novos usos específicos para tais imóveis ferroviários não é simples, comprometendo o reaproveitamento desses imóveis para uso da sociedade e do desenvolvimento local. Assim, propor meios e métodos que tragam um novo valor a estes locais torna-se uma necessidade, uma vez que possuem potencial para novos usos, apesar de mal reaproveitados.

A partir do debatido, entende-se a necessidade de se manter viva a memória e a história da população a partir da manutenção e da preservação de edifícios históricos, como os antigos galpões ferroviários de Lavras, uma vez que correspondem a uma parte essencial do desenvolvimento e da história da cidade. A existência de galpões históricos de grande valor histórico local, atrelado à preocupação de degradação que o mesmo vem sofrendo dado o descaso e abandono, entende-se a importância patrimonial e econômica que um projeto de requalificação proporcionaria a este espaço, até então não considerado pela população. Neste contexto, considerando a arquitetura uma área de estudo capaz de ressignificar espaços, como trazer um novo valor e uma nova usabilidade para os antigos galpões ferroviários da cidade de Lavras-MG, resguardando, também, a memória local para futuras gerações?

CAPÍTULO IV – DIRETRIZES PROJETUAIS

Diante de todo o debate realizado até aqui, neste capítulo serão apresentadas as diretrizes projetuais essenciais para o início da elaboração do projeto. Neste sentido, serão demonstrados nesta etapa a análise e diagnóstico do entorno, as leis vigentes e por fim o programa de necessidades.

4.1 Diagnóstico do local

Como enfatizado neste portfólio, a proposta constitui um centro cultural com o propósito de requalificar edifícios ferroviários históricos e seu entorno, que encontram-se abandonados e em processo de degradação. Pelos Antigos Galpões Ferroviários de Lavras serem tombados em nível municipal e representarem valor histórico para a cidade de Lavras e região, que se desenvolveram à base da linha férrea a qual os Galpões faziam parte, mostra-se a importância de realizar intervenções no local, com o propósito atribuir novos usos ao local analisado, incorporando-os às atividades da cidade novamente e mantendo a memória social viva.

Assim, faz-se necessário a análise da região em que os galpões se encontram, com a finalidade de entender as necessidades e as características locais, já que projetos de requalificação além de proporcionar melhorias, também buscam integrar os estornos, principalmente a população, ao projeto. Enfatiza-se que a área é historicamente importante para a cidade, já que a cidade se desenvolveu a partir do seu entorno, e hoje possui certa distância de pontos de interesse da cidade, apresentado na Figura 16, como a Universidade Federal de Lavras – UFLA (1 km e 100 metros), o centro da cidade (1 km e 900 metros), ao Centro Universitário de Lavras – UNILAVRAS (2 km e 500 metros), a Prefeitura Municipal (2 km e 600 metros) e a Rodoviária Lavras (3 km e 400 metros) (GOOGLE EARTH, 2021).

Figura 16 – Áreas de interesse



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

O local de estudo está situado no Bairro Esplanada, na zona norte da cidade de Lavras, mais especificamente ao lado da praça Dr. José Esteves, também conhecida como Praça da Estação (Figura 17). Os Galpões estão margeados pela Rua Rita de Jesus Alcântara, Rua Dois e a Avenida Pedro Sales, sendo a de principal acesso ao local em análise. Enfatiza-se a importância cultural e histórica da região dado que além dos Antigos Galpões Ferroviários serem tombados, tanto a Praça quanto a locomotiva Baldwin 233, situados ao lado dos Galpões, também são legalmente protegidos por decretos municipais.

Vale ressaltar que para o desenvolvimento da análise do entorno imediato do local da proposta, foi estabelecido um raio de 300 metros para os estudos abaixo.

Figura 17 – Área de análise



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Logo, foi possível desenvolver o mapa de gabaritos do entorno (Figura 18), assim, é notório que a área em destaque apresenta predominância em edificações de um pavimento, seguida de dois pavimentos, três pavimentos e por último as edificações com alturas especiais, como a edição da proposta.

Figura 18 – Gabarito das edificações



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

O mapa de aspectos ambientais, visível na Figura 19, entende-se que dentro do limite da área de estudo possui poucas áreas de arborização e vegetação nativa, assim, é perceptível que as que existem, estão localizadas nos lotes vagos e propriedades privadas. Na praça Dr. José Esteves, tem-se um número favorável de árvores, o que traz o conforto térmico e a estética da área. Nota-se também as áreas sem urbanidade, as áreas com urbanidade e o córrego que percorre nos limítrofes da área em análise.

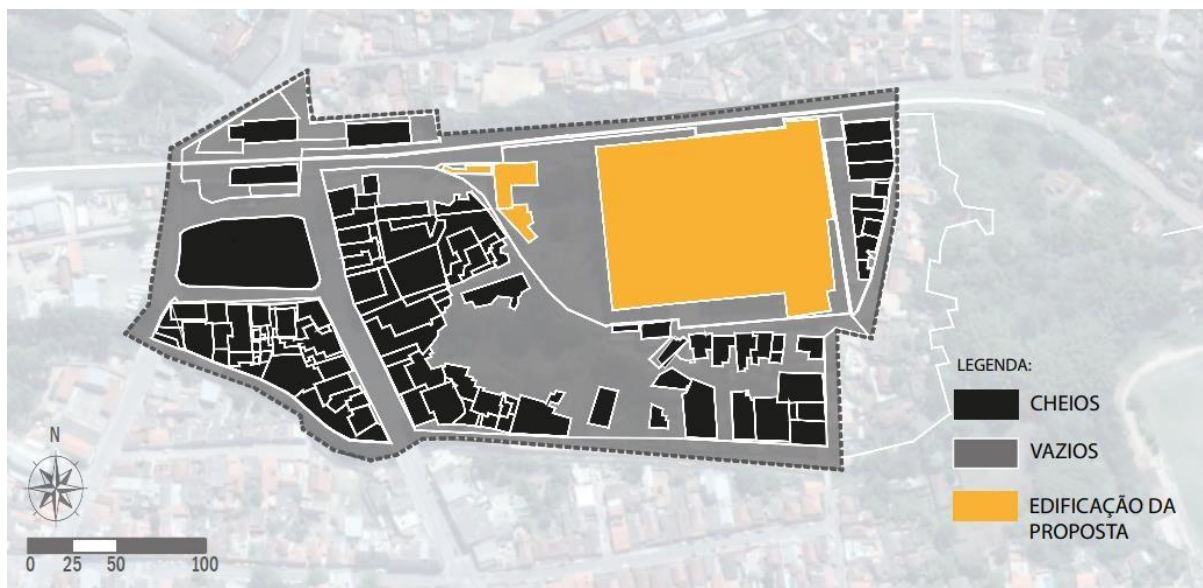
Figura 19 – Vegetação



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Com a área de análise delimitada, foi desenvolvido o mapa de figura e fundo, explícito na Figura 20. Com isso, esse estudo nos permite compreender que a área onde encontra-se a edificação da proposta possui poucas áreas vazias, de modo que grande parte estão construídas, devido ao bairro ser habitado desde o surgimento e crescimento da cidade de Lavras.

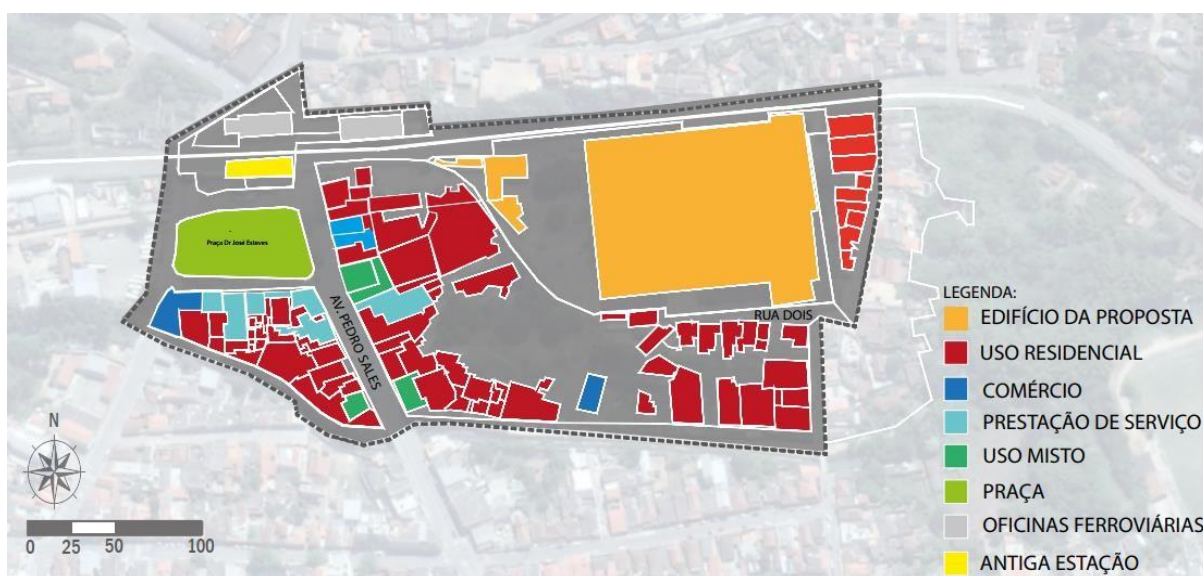
Figura 20 – Figura e fundo



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Além disso, foi possível realizar o mapa de uso e ocupação, evidenciado na Figura 21, no qual foi identificado que a área em análise é predominantemente ocupada por edificações residenciais, porém algumas de uso misto. No local de estudo, encontram-se alguns pontos de comércio e de prestação de serviço, principalmente no entorno da Praça Dr. José Esteves e na Avenida Pedro Sales.

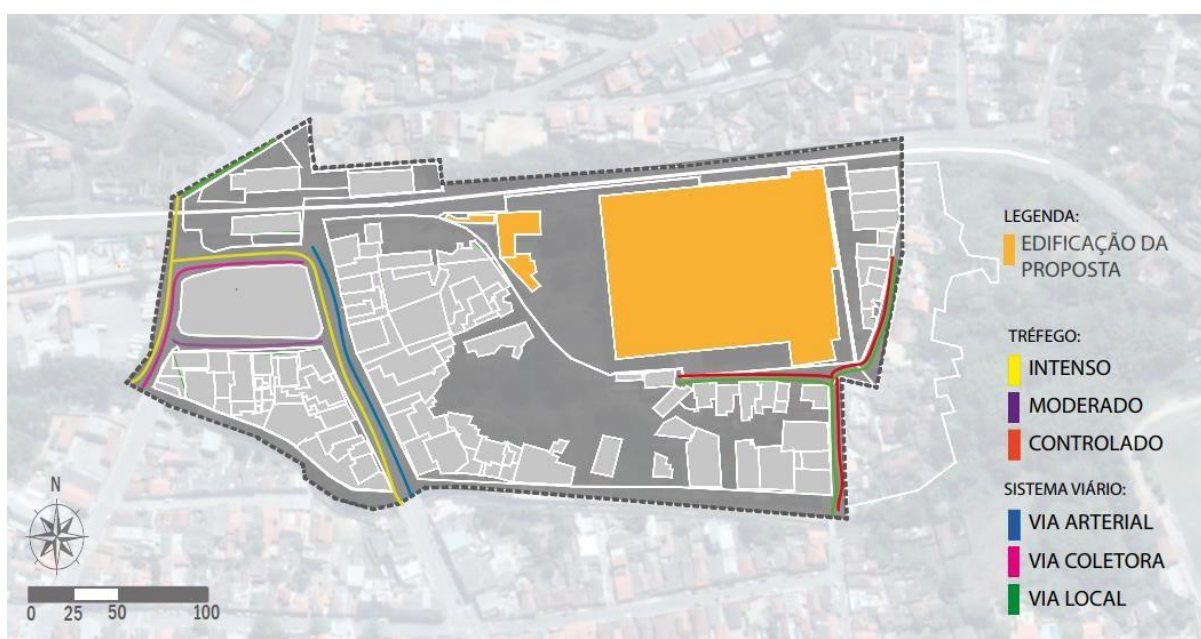
Figura 21 – Uso e ocupação



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Para mais, foi possível identificar o sistema viário presente na área em estudo, assim, foi desenvolvido um mapa de vias, demonstrado na Figura 22. A avenida Pedro Sales, a Praça Dr. José Esteves e a rua Custódio Moreira interligam os bairros Paraíso, Jardim Europa e Cohab, representando uma alta concentração de tráfego de veículos e de pedestres. Desse modo, a avenida Pedro Sales é a via arterial com o maior fluxo viário e conseqüentemente, as demais vias de acesso são consideradas vias coletoras e vias locais.

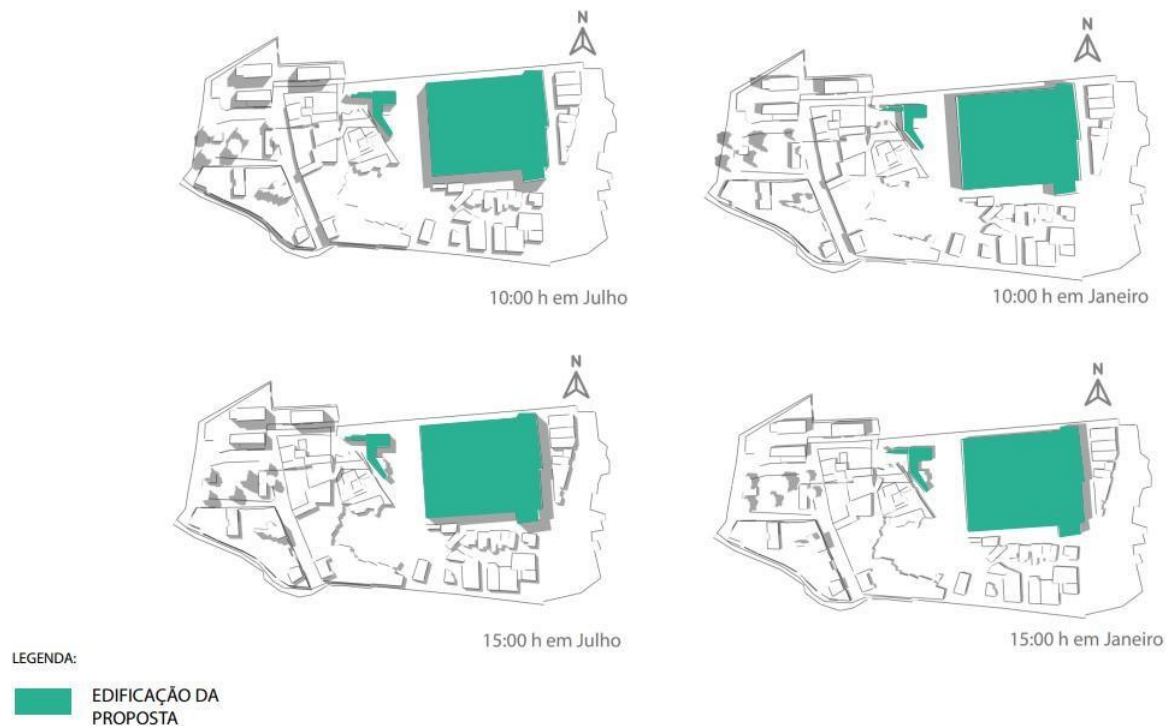
Figura 22 – Vias



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Por meio do esquema de insolação e sombreamento desenvolvido, explícito na Figura 23, pode-se observar que a análise foi feita para os meses de janeiro, um dos meses mais quentes do ano, e também no mês de julho, um dos meses mais frios do período anual. Com isso, com o propósito de aprimorar o estudo, as análises foram feitas no período da manhã, às 10 horas e no período da tarde, às 15 horas. Vale ressaltar que a direção dos ventos predominantes na cidade de Lavras é leste – oeste e o clima é quente temperado.

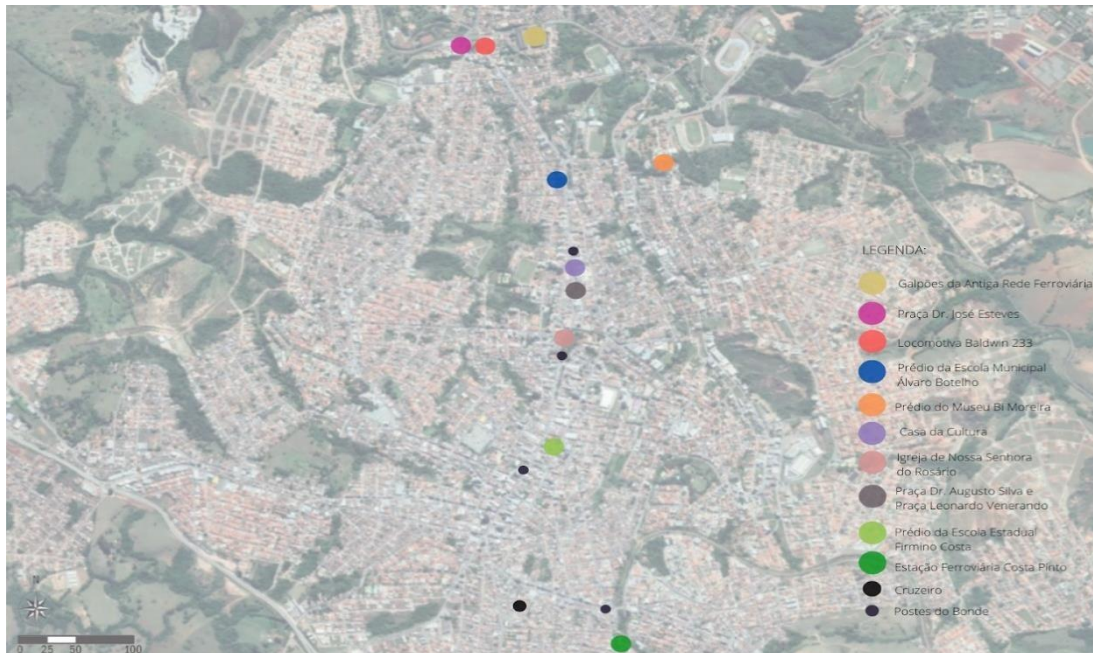
Figura 23 – Esquema de insolação e sombreamento



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Por meio do mapa de elementos históricos, evidenciado na Figura 24, foi possível observar os bens móveis tombados, existentes no município de Lavras, no qual apenas a Igreja Nossa Senhora Rosário é tombada por instância Federal, sendo protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – IPHAN. Os demais edifícios e monumentos analisados, são tombados pelo município, sendo resguardados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. Desse modo, podemos perceber que esse mapa mostra os principais pontos turísticos culturais, de modo que agrega para a população a memória afetiva da cidade.

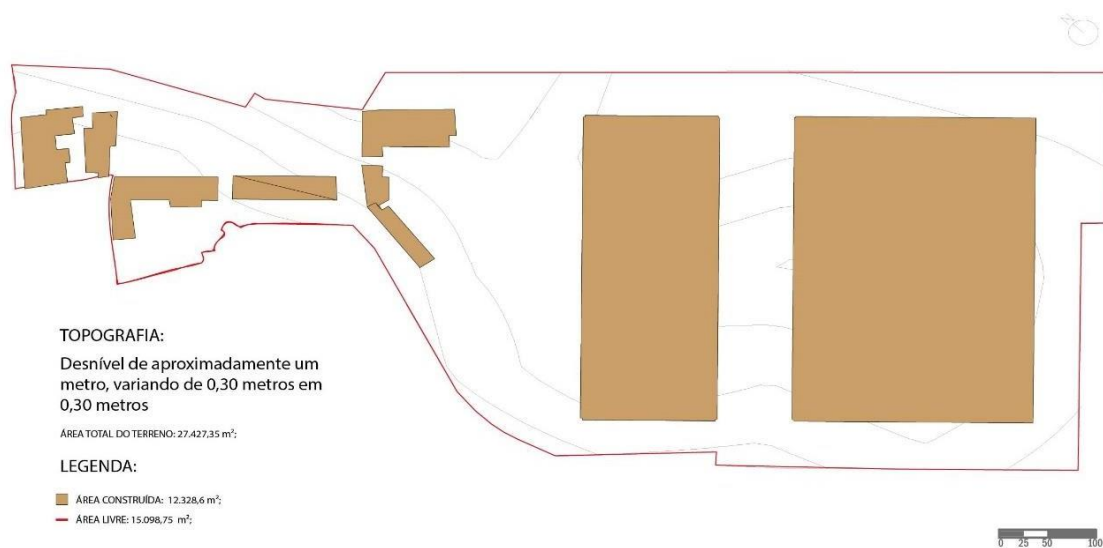
Figura 24 – Elementos históricos



Fonte: Google Earth (2021). Adaptado pelo autor.

Por fim, analisou-se a topografia do local. O terreno possui um desnível suave, onde as curvas de nível variam de 0,30 metros em 0,30 metros, como evidenciado na Figura 25. O terreno consta com uma área edificada de 12.328,6 m² e de área livre um total de 15.098,75 m².

Figura 25 – Topografia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Concluindo o estudo sobre a análise e diagnóstico do entorno, a seguir serão analisadas as leis vigentes que serão usadas para a realização da proposta.

4.2 Leis vigentes

Partindo do ponto de vista legislativo, foram analisadas para a realização da proposta, o Código de obras, o Plano diretor e o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural da cidade de Lavras. Conforme a Lei Complementar nº 156 de 22 de setembro de 2008, que regulamenta o uso e a ocupação do solo no urbano no município de Lavras, a área da proposta está localizada na Zona Mista (ZMI), caracterizada pelo Art.6º da Lei:

Zona Mista (ZMI), que corresponde às áreas urbanas onde predomina a ocupação residencial, sendo possível a instalação de usos comerciais e de serviços de atendimento local, compatíveis com o uso residencial, onde é admitido um processo de verticalização de baixa densidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2008, p.4)

A proposta também encontra-se na Zona Especial de Interesse Histórico Cultural (ZEIHC) como também no Art. 6º da Lei Complementar, que corresponde:

[...] às áreas onde se faz necessário proteger o patrimônio cultural, considerando como patrimônio cultural tudo aquilo que compreende a cultura, a identidade, as referências, a memória e o simbolismo da sociedade, sendo possível a definição de parâmetros urbanísticos diferenciados em caso de projetos específicos, considerando o interesse histórico-cultural, ouvidos o Conselho Gestor do Plano Diretor, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA)(PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2008, p.4).

Além disso, o Art. 9º da Lei Complementar afirma que:

Na ZEIHC, as demolições, as reformas de edificações existentes e os projetos de novas edificações e/ou parcelamentos do solo serão objeto de avaliação e aprovação pelo Conselho Gestor do Plano Diretor e pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, obedecidos parâmetros de volumetria que não comprometam o bem protegido nem tampouco o conjunto urbano (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2008, p.6).

Sendo assim, considerando as questões analisadas acima, já que o imóvel está localizado nessas zonas, o Plano Diretor transfere para o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural da cidade, que reestrutura a proteção do patrimônio cultural do município de Lavras, e dá outras providências, o qual estabelece as Diretrizes Políticas de Preservação de monumentos tombados.

De acordo com a Lei N° 4.404, de Maio de 2.017, na Seção III das Competências, o Art. 50, estabelece:

- I – deliberar sobre políticas, diretrizes e outras medidas de tutela patrimonial, com vistas a orientar a formulação de metas para a atuação dos órgãos gestores municipais na área patrimonial
- II – definir as prioridades do município quanto ao oferecimento de bens e serviços na área do patrimônio cultural, com em estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas e pela comunidade.
- III – aprovar planos de proteção, conservação, revitalização e intervenção de bens.
- IV – decidir sobre tombamento e registro de bens, determinando a sua inscrição nos Livros de Tombo e no Livro de Registro, respectivamente.
- V – decidir sobre cancelamento de tombamento, instruindo os processos para homologação pelo Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, no de tratar-se de bens particulares, e pelo Prefeito, no caso de bens públicos.
- VI – propor a concessão de título honorífico, comenda ou condecoração para pessoas e instituições que se destacarem na preservação do patrimônio histórico artístico e natural do município.
- VII – Normatizar e supervisionar a gestão do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Lavras.

Finalizado o estudo sobre as leis vigentes, a seguir serão analisados o programa de necessidades e o pré-dimensionamento para a proposta do Centro Cultural.

4.3 Programa de necessidades e Pré-dimensionamento

O programa de necessidades é essencial para a elaboração do projeto e para que o mesmo tenha um ótimo desempenho quanto às funcionalidades que nele vai abrigar. Nessa etapa foram estudados os quais ambientes necessários que serão empregados na proposta, além disso, foi desenvolvido o pré-dimensionamento de cada ambiente, de forma que as atividades futuras sejam bem acomodadas.

Dessa forma, os ambientes foram separados por setores, sendo eles: Setor de exposições, que irá abrigar o foyer 1, sala de exposição temporária, sala de exposição permanente, sala do museólogo, guarda volumes, depósito de bens patrimoniais, arquivo, sanitários masculinos, femininos e adaptados para pessoas com deficiências (PCD); setor educacional, que irá conter a sala de aprendizagem, midiateca, sala de música, sala de artes, brinquedoteca, sala de multiuso, sanitários masculinos, femininos e adaptados para pessoas com deficiências (PCD); setor de comércio, com loja cultural, cafeteria, restaurante, bomboniere, sanitários masculinos, femininos e adaptados para pessoas com deficiências (PCD); setor administrativo irá constar com a sala de reuniões, sala de programação de eventos e atividades, sala de gerência, sala de segurança, sala de tecnologia da informação (TI), sanitários masculinos, femininos e adaptados para pessoas com deficiências (PCD).

Já o setor sociocultural irá incluir-se foyer 2, teatro, camarim masculino, camarim feminino, sala de luz e som, depósito, sanitários masculinos, femininos e adaptados para pessoas com deficiências (PCD); setor técnico conta-se com depósito de lixo, depósito geral, depósito de material de limpeza (DML), sala de manutenção e almoxarifado geral; setor de apoio irá abrigar o estacionamento, carga e descarga, guarita de acesso de veículos, portaria; e por último os espaços livres com área de convivência, anfiteatro, playground e área de feirantes. Vale ressaltar que os ambientes foram pré-dimensionados como evidenciado na Figura 26.

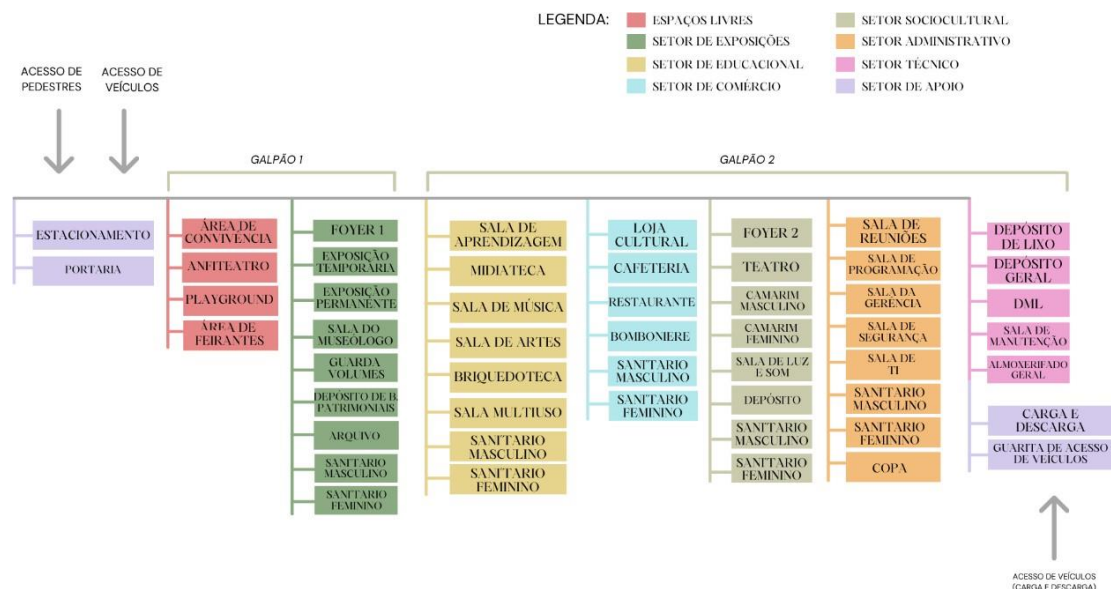
Figura 26 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento

SETOR DE EXPOSIÇÕES	SETOR EDUCACIONAL	SETOR DE COMÉRCIO	SETOR ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> Foyer 1 (100 m²) Exposição temporária (50 m²) Exposição permanente (50m²) Sala do Museólogo (12m²) Guarda volumes (20m²) Depósito de bens patrimoniais (40 m²) Arquivo (15 m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Sanitário PCD masculino (5 m²) Sanitário PCD feminino (5 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aprendizagem (25 m²) Midioteca (30 m²) Sala de Música (25 m²) Sala de Artes (25 m²) Brinquedoteca (30 m²) Sala Multiuso (25 m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Sanitário PCD masculino (5 m²) Sanitário PCD feminino (5 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Loja Cultural (25 m²) Cafeteria (30 m²) Restaurante (30 m²) Bomboniere (25 m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Sanitário PCD masculino (5 m²) Sanitário PCD feminino (5 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Sala de reuniões (25 m²) Sala de programação de eventos e atividades (20 m²) Sala da gerência (12 m²) Sala de segurança (12 m²) Sala de TI (20 m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Copa (20 m²)
SETOR SOCIOCULTURAL	SETOR TÉCNICO	SETOR DE APOIO	ESPAÇOS LIVRES
<ul style="list-style-type: none"> Foyer 2 (100 m²) Teatro (100 m²) Camarim masculino (12 m²) Camarim feminino (12 m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Sala de luz e som (12 m²) Depósito (15m²) Sanitário masculino (6 m²) Sanitário feminino (6 m²) Sanitário PCD masculino (5 m²) Sanitário PCD feminino (5 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Depósito de lixo (10 m²) Depósito geral (15 m²) DML (10 m²) Sala de manutenção (10m²) Almoxarifado geral (15 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Estacionamento * Carga e descarga * Guarita de acesso de veículos (12 m²) Portaria (12 m²) 	<ul style="list-style-type: none"> Área de convivência * Anfiteatro * Playground * Área de feirantes *

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após o desenvolvimento do programa de necessidades e pré-dimensionamento, foi possível criar um estudo preliminar em relação os fluxos que irão funcionar na edificação da proposta, como pode ser visto na Figura 27.

Figura 27 – Fluxograma e setorização



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale salientar que com o desenvolvimento do projeto, o programa de necessidades e o pré-dimensionamento podem ser alterados.

CONCLUSÃO

A partir do objetivo de desenvolver um projeto arquitetônico de requalificação/preservação dos Galpões Ferroviários abandonados da cidade de Lavras – Minas Gerais, foi possível realizar um levantamento dos galpões de forma a compreender a sua estrutura. Com a finalidade de recuperar a arquitetura dos galpões, buscando manter as suas características originais, propôs-se também melhorias formais e estruturais como forma de trazer um novo uso ao local, mantendo, assim, viva a história e a memória da cidade e da sua população.

Acredita-se que o objetivo proposto foi atingido, já que com o projeto de requalificação/preservação dos galpões foi possível propor um novo uso a um espaço que antes estava abandonado e sendo degradado. Assim, um patrimônio cultural que estava sendo esquecido pela população poderia voltar a ser utilizado e revisitado, revivendo a memória e a história local, além de criar novas sensações e relações entre a população que poderia utilizá-lo e também da população com o novo local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciana Barbosa de et al. Avaliação não destrutiva de estruturas de madeiras em edifício histórico de Tiradentes, MG. **CERNE**, Lavras, v. 19, n. 3, p. 481-487, 2013.

ALLIS, Thiago. **Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário: Um estudo sobre ferrovias turísticas no Brasil e na Argentina**. 2006. 234f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRADE, Thiago de Oliveira et al. Valores da Cultura Organizacional Institucionalizados no Processo De Constituição da ESAL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 2, 2010.

APOLÔNIO, Raquel Moussalem et al. Proposta de Retrofit para um edifício histórico seguindo os princípios de sustentabilidade. In: Congresso para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 4., 2010, Algarve, Portugal. **Anais...** Algarve: Universidade do Algarve, 2010. p. 1-12.

ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2009.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004.

BASTOS, Sênia. Requalificar ou revitalizar? Ações de valorização do patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo e Hospitalidade. In: Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, 2., 2004, Caxias do Sul, Brasil. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004. p. 1-12.

BERNARDES, João Pedro et al. PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: Reflexões em torno da gestão do Patrimônio Classificado. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 2, p. 34-52, 2014.

BRASIL ARQUITETURA. **Teatro do engenho central - Piracicaba**, SP. 2012. Disponível em: <<http://brasilarquitetura.com/projetos/teatro-do-engenho-central>>. Acesso em 21 abr 2021.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, Diogo et al. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 11, p. 83-98, 2017.

CARDOSO, Jorge de Jesus. **Patrimônio ambiental urbano e requalificação: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos**. 2007. 321f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Consensos e dissensos no centro de São Paulo: significado, delimitação, apropriação e intervenção**. 2008. 244f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. 2008

CASTRO, Willian Ricardo de; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. O patrimônio cultural ferroviário no espaço urbano: reflexões sobre a preservação e os usos. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 14., 2013, Lima, Peru. **Anais...** Lima: Observatório Geográfico da América Latina. 2013. p. 1-18

CHAGAS, Maurício de Almeida. **Preexistência, patrimônio e projeto**. 2013. 323 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013

CLAPER, Jeanine Ribeiro. Reabilitação de Edifícios para a Habitação Social: uma abordagem da gestão do conhecimento no processo de projeto. 2008. 169f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DA SILVA, Ronaldo André Rodrigues; CORDEIRO, José Manuel Lopes. Reflexões acerca do conceito de patrimônio cultural sob a ótica do patrimônio industrial e da arqueologia industrial. **Faces da História**, v. 4, n. 1, p. 7-29, 2017.

DE OLIVEIRA, Tarcisio Dorn; MUSSI, Andréa Quadrado; ENGERROFF, Franciele Zientarski. A preservação do patrimônio arquitetônico E suas relações com O planejamento E desenvolvimento urbano. **Revista Missioneira**, v. 22, n. 1, p. 23-34, 2020.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1877-1971): FEPASA (1971-1998)**. 2020. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/araras.htm>>. Acesso em 30 abr 2021.

ESTEVES, Ana Paula da Conceição; LOMARDO, Louise Land Bittencourt. O RETROFIT DE EDIFICAÇÕES TOMBADAS: Possíveis caminhos para a atualização tecnológica de fachadas modernistas e a reforma do edifício IRB. In: DOCOMOMO Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes, 8., 2009, Rio de Janeiro, Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro: DOCOMOMO BRASIL, 2009, p. 1-18.

FALCOSKI, Luiz Antonio N.; FALCOSKI, Jane Travassos A. Inventário e Destinação de Bens Patrimoniais Culturais da Rede Ferroviária no Estado de São Paulo: conceitos e sistemas de informações cadastrais. In: Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável, 4., 2010, Faro, Portugal. **Anais...** Faro: Universidade do Algarve, 2010, p. 1-12.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio Cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, L. B (Org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG / IEDS, 2009, p. 91-103.

FURTADO, José Geraldo Esquerdo. **História e memória entre ruínas: o patrimônio ferroviário de Além Paraíba**. 2015. 179 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GIACOMINI, Fernanda Corrêa; FERNANDES PÓVOAS, Rui Humberto Costa de. Os edifícios antigos de arquitetura corrente em centros históricos no contexto do patrimônio cultural: especificidades e condicionantes para projetos de intervenção arquitetônica. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 2011, 18.29: 174-195.

GOOGLE. **Google Earth website**. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em 10 de maio de 2021.

GOVERNO DE LAVRAS. **História de Lavras**. 2020. Disponível em: <<https://www.lavras.mg.gov.br/artigo/historia-de-lavras/MTUwOA==>>. Acesso em 14 de mar. de 2021.

GUERRA, Abilio. Prêmio APCA 2012 – Categoria “Obra de arquitetura”. Premiado: Praça das Artes / Brasil Arquitetura e Marcos Cartum. Vitruvius, v. 13, n. 08, Vitruvius, dez. 2012. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.063/4629>>. Acesso em 20 abr 2021.

GUIMARÃES, Mariana Emidio. **Uma análise para retrofit da envoltória tombada visando a eficiência energética do Aeroporto Santos Dumont-Rio de Janeiro**. 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca-catálogo: LAVRAS**. 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=35468&view=detalhes>> . Acesso em 15 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: LAVRAS**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Mestres E Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural**. MIRANDA, Marcos Paulo de Souza, ARAÚJO, Guilherme Maciel, ASKAR, Jorge Abdo (orgs). Belo Horizonte: IEDS, 2009.

IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS- Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado**. 2021. Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_/LISTA_BENS_PROT EGIDOS_atualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2021_S ITE.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília : Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural**. 2014a. disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. 2014b. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. 2014c. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material - MG**. 2014d. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1303#:~:text=O%20Santu%C3%A1rio%20de%20Bom%20Jesus,da%20Humanidade%2C%20conferido%20pela%20Unesco>>. Acesso em 14 mar. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Organização, Átila Bezerra Tolentino ... [et al.]. – João Pessoa: Iphan, 2014e. 116 p.: il.; 30 cm.

JORGE, Virgolino Ferreira. Patrimônio e identidade nacional. **Revista Engenharia Civil**, v. 9, p. 5-11, 2000.

LUZ, Iracema Clara Alves; PAIVA, Patrícia Duarte de Oliveira; ALVES, Schirley Fátima Nogueira da Silva Cavalcante. Train station area gardens: the creation and evolution of Dr. José Esteves Square, in Lavras-MG. **Ornam. Hortic. (Campinas)**, v. 23, n. 4, p. 432-443, 2017.

MAMEDE, Douglas MJA; VIEIRA, Guilherme Lima; SANTOS, Ana Paula Guimarães. Trens turísticos e patrimônio cultural: como o turismo ferroviário tem resgatado, preservado e valorizado o patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

MELLO, Tais. Volumes, rampas e vazios fundem-se às ruas. **Galeria da Arquitetura**. 2014. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/brasil-arquitetura_marcos-cartum-arquitetos-associados_/praca-das-artes/362> . Acesso em 21 abr 2021.

MENDES, António Rosa. **O que é Património Cultural**. 1. ed. Olhão: Geste Singular, 2012.

MENDES, José Amado. Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 197-212, 2000.

MENEZES, Marlucci, TAVARES, Martha Lins. A imagem da cidade como patrimônio vivo. In: Anais do terceiro simpósio de iniciação científica, 3., 2003, Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa: ENCORE-LNEC, 2003. p. 1-10.

MESQUITA, Janaina Faleiro Lucas. Educação Patrimonial: Projeto Melodia. In: Fórum Mestres e Conselheiros, 10, 2018, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IEDS. 2018. p 1-13.

MESQUITA, Janaina Faleiro Lucas. **Sob as contas do rosário: objetos e lugares da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão, Goiás**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MESSIAS, Vinícius Custódio, et al. Patrimônio cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, 2020.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: patrimônio cultural estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. 2006. 203f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOURA, Dulce et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 12-13, n. 1, p. 15-34. 2006.

MOURA, Rafael Henrique. Um olhar geográfico para os espaços do patrimônio ferroviário. In: Congresso Internacional de História e Patrimônio Ferroviário “Os legados para nosso futuro”, 5., 2020, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: Unesp. 2020. p. 1-5.

NERING, Nicolas; FEGER, Jose Elmar. Fatores de Competitividade das Operadoras de Trens Turísticos no Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 8, n. 1, p. 81-97, 2019.

NETO, José Rodrigues Cavalcanti; CARNEIRO, Fernanda Gibertoni; GIANNECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio, 6., 2011, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: TICCIH. 2011. p. 1-18.

NIGRO, Cíntia. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 78, p. 45-76, 2017.

OLIVEIRA, Juliana Delgado. **Novos usos do patrimônio cultural edificado: análise da requalificação para uso cultural do Mercado Público Municipal de Jaguarão/RS**. 2017. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão, 2017.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. 1 ed. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 41-52.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.**, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/O-que-%c3%a9-patrimonio-imaterial.pdf>>. Acesso em 28 mar de 2021.

PEREIRA, Felipe Vilela. **Requalificação Patrimonial com o Programa Saúde da Família (PSF): O Casarão dos Leões em Três Corações (MG)**, 2020. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG), Varginha, 2020.

PERNAMBUCO, W. de S. **Desenvolvimento econômico local: evidências da participação da Universidade Federal de Lavras na economia e finanças públicas do município de Lavras**. 2018. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

PORTAL VITRUVIUS. Projetos: 8ª BIA - Premiados Bienal de Arquitetura 2009, Centro Cultural de Araras. **Vitruvius**. v. 11, n. 01, 2011. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.131/4072>>. Acesso em 18 abr 2021

PORTAL VITRUVIUS. Projetos: Praça das Artes. **Vitruvius**, São Paulo, v.13, n.03, 2013. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.151/4820>>. Acesso em 21 abr 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. **História de lavras**. 2020. Disponível em :<<https://www.lavras.mg.gov.br/artigo/historia-de-lavras/MTUwOA>>. Acesso em 20 abr 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. **Lei Complementar N° 156, de 22 de setembro de 2.008**. Disponível em: <<http://187.60.128.132:8082/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?KrZ5yMrX4QGI2U=Un4rOy61GfwSAUh7U60U09ISCfGfbp3MClw1U55dbplpt0l68yQIAhdvr6XM9fMKrGhplQKKErErIrhjvbuEU021A3OpUHOtH6CyGv8f&id=5986&105yvGd1XSS57dyh1nEnZpd7vAGywMy6U2ljU5lfUwvfQ8fyO3ZjCl0ljMljn7bpXdGIZ5nGUI1fw85dA21lf3nn3nll66>> Acesso em 27 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. **Lei N° 4.404, de maio de 2.017**, A Proteção do Município de Lavras e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2017/6831/6831_texto_integral.pdf> Acesso em 27 de maio de 2021.

QUERUZ, Francisco. **Contribuição para identificação dos principais agentes e mecanismos de degradação em edificações da Vila Belga**. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

RESENDE, Maria Teresinha. Bueno da Fonseca e a capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande. In: DELPHIM, Ângelo Alberto de Moura et al. (org.). **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**. 1. ed. Lavras: Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. (Série Lavrensiana, 7), 2020. p. 254-266 Disponível em: <<https://archive.org/details/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/page/n1/mode/2up?view=theater&ui=embed>>. Acesso em 11 mar. 2021.

REVISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS. **Guia ao Patrimônio Cultural de Lavras**. Lavras: Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. v. 2, n. 2, p. 1-198, 2021. Disponível em: <<https://ia801808.us.archive.org/33/items/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-2-2-2021/Revista%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20de%20Lavras%202%282%29%2C%202021.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2021.

RODRIGUES, Angela Rösch; DE CAMARGO, Mônica Junqueira. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. **Revista CPC**, v. 10, p. 140-165, 2010.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo Perspec.**, v. 15, n. 2, p. 43-48, 2001 .

SEMACTUR - Secretaria Municipal da Ação Cultural e do Turismo de Piracicaba. **Pontos Turísticos: Teatro Erotídes de Campos**. Disponível em: <http://semactur.piracicaba.sp.gov.br/teatro_danca_musica/teatro-municipal-erotides-de-campos/>. Acesso em 21 abr 2021.

SEMACTUR - Secretaria Municipal da Ação Cultural e do Turismo de Piracicaba. **ENGENHO CENTRAL**. 2012. Disponível em: <http://semac.piracicaba.sp.gov.br/engenho/?page_id=19>. Acesso em 21 abr 2021.

SEMACTUR - Secretaria Municipal da Ação Cultural e do Turismo de Piracicaba. **Reforma de barracões no Engenho Central**. 2020. Disponível em: <<http://semactur.piracicaba.sp.gov.br/reforma-de-barracoes-no-engenho-central-tem-inicio-amanha-15/>>. Acesso em 21 abr 2021.

SILVA, Alessandra T. da; VENTURIN, Nelson; PASSOS, Marcus Paulus G. Praça Dr. Jorge, Lavra, Mg: A Salvaguarda do Patrimônio Paisagístico. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas (org.). **Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 1-359, 2016.

SILVA, Fernando Fernandes da; SARTORI, Marcelo Vanzella. A desapropriação e a proteção dos bens culturais no Direito Brasileiro. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, v.10, n.1, p. 602-615, 2015.

SILVA, Joelmir Marques da et al. A Praça de Casa Forte: um jardim histórico, um patrimônio cultural do Brasil. **An. mus. paul**, v. 27, n. 5, p. 1-30, 2019 .

SILVA, Jorge Silveira da, et al. Patrimônio imaterial e as perspectivas de registro das rodas de capoeira–Santa Maria/RS. 2018. 94f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SILVA, Raquel Barbosa da. **O PRESERVE e os Museus: análise da preservação do patrimônio ferroviário**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Alessandra Teixeira da et al. Praça Dr. José Esteves de Lavras: Patrimônio paisagístico. In: DELPHIM, Ângelo Alberto de Moura et al. (org.). **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**. 1. ed. Lavras: Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. (Série Lavrensiana, 7), 2020. p. 106-120. Disponível em: <<https://archive.org/details/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/page/n1/mode/2up?view=theater&ui=embed>>. Acesso em 11 mar. 2021.

SILVA, Alessandra Teixeira da. LIMA, Marcos Gabriel Braz de. SILVA, Karini de Lourdes. Praça Dona Josefina de Lavras: Memória de uma pracinha. In:

DELPHIM, Ângelo Alberto de Moura et al. (org.). **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**. 1. ed. Lavras: Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Lavras. (Série Lavrensiana, 7), 2020. p. 96-105. Disponível em: <<https://archive.org/details/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/page/n1/mode/2up?view=theater&ui=embed>>. Acesso em 11 mar. 2021.

SOBREIRA, Fabiano. Centro Cultural de Araras – São Paulo. **Revista concursosdeprojeto.org**. 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/10/28/centro-cultural-de-araras-sao-paulo/>>. Acesso em 18 abr 2021.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. **Estudo do aço como objeto de reforço estrutural em edificações antigas**. 2004. 137f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Estruturas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

TIRELLO, Regina Andrade; CORREA, Rodolpho Henrique. Sistema normativo para mapa de danos de edifícios históricos aplicado à Lidgerwood Manufacturing Company de Campinas. In: Colóquio Latinoamericano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 6., 2012, São Paulo, Brasil, **Anais...** São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012, p. 1-20.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **UNESCO in brief - Mission and Mandate**, 2019. Disponível em: <<https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>>. Acesso em 31 mar 2020.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história & cultura**, v. 7, n. 13, p. 11-31, 2008.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A e B – Mapeamento de danos da fachada frontal e posterior



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apêndice C e D – Mapeamento de danos da fachada Lateral esquerda e direita



Fonte: Elaborado pelo autor.